

Presidência Eslovena da União Europeia 2008

**7º Encontro Europeu
de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza**

4 Pilares na luta contra a pobreza

Bruxelas, 16 – 17 Maio 2008



Introdução

Vesna LESKOŠEK, *Faculdade de Serviço Social, Universidade de Ljubljana, Eslovénia*

Preâmbulo

Contextualização do 7º Encontro Europeu

Nota da Presidência Eslovena da UE para o Conselho

Os Encontros Europeus – um processo que avança

Sessão de Abertura

Marjeta COTMAN, *Ministra do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia*

Jérôme VIGNON, *Director, Direcção da Protecção Social e Integração, Comissão Europeia*

Jean-Marc DELIZEE, *Secretário de Estado da Luta contra a Pobreza, Bélgica*

Salomé MBUGUA, *Delegada do 6º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza - 2007*

Workshops

Rendimento Mínimo

Habituação

Serviços Sociais

Serviços de Interesse Geral

Relatórios dos Workshops - Comentários - Debate

Sessão de Encerramento

Vladimir ŠPIDLA, *Comissário Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades*

Romana TOMC, *Secretária de Estado, Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia*

Martin HIRSCH, *Alto-comissário para a Solidariedade Activa contra a Pobreza, França*

Marian HOŠEK, *Ministra-adjunta da Política Social, dos Serviços Sociais e da Família, Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa*

Ludo HOREMANS, *Presidente da EAPN*

Introdução



Preâmbulo

Os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza tiveram início durante a Presidência Belga da UE, em 2001, e fazem parte integrante da Agenda da UE desde 2003.

As pessoas em situação de pobreza reuniram-se pela sétima vez, em Bruxelas, nos dias 16 e 17 de Maio de 2008. Este Encontro acolheu 124 delegados de 26 países e 90 convidados de Ministérios dos vários países, de instituições da UE, de ONG's, do meio académico e de sindicatos.

Promovido pela Presidência Eslovena, o Encontro centrou-se em quatro temas que constituem pilares chave na luta contra a pobreza e que estão interligados como peças de um puzzle: os serviços sociais, os serviços de interesse geral, a habitação e o rendimento mínimo.

Os delegados prepararam o 7º Encontro com base em três questões sobre cada um dos quatro temas (os serviços sociais, os serviços de interesse geral, a habitação e o rendimento mínimo):

- O que é que está a funcionar bem?
- O que é que não funciona?
- Como é que se pode melhorar a situação?

Depois de uma sessão plenária de abertura dos trabalhos, os delegados distribuíram-se por sete workshops onde o trabalho preparatório realizado a nível nacional foi utilizado como base para promover o intercâmbio e o debate. Os


workshops terminaram com a elaboração de relatórios que reuniam as diversas recomendações a apresentar em sessão plenária. As propostas resultantes deste trabalho conjunto foram depois comentadas e debatidas.

O presente relatório começa por apresentar as principais mensagens dos delegados do Encontro, seguidas da apresentação dos resultados dos Encontros precedentes, das intervenções da sessão de abertura, das conclusões dos *workshops*, de extractos do trabalho de base conduzido a nível nacional para preparar o Encontro, das propostas e das recomendações, dos comentários e debate em plenário, e finalmente as intervenções da sessão de encerramento.

Contextualização do 7º Encontro

Vesna LESKOSEK (Presidente do 7º Encontro), Faculdade de Serviço Social, Universidade de Ljubljana, Eslovénia, deu as boas vindas aos participantes e fez o enquadramento do Encontro, apresentando sumariamente os temas chave a debater.

Os serviços sociais implementam as políticas definidas pelos governos nacionais ou regionais. As políticas favorecem ou impedem o acesso aos serviços e programas, sendo a acessibilidade física importante, por exemplo nos transportes públicos, a proximidade dos serviços, a existência de obstáculos a nível arquitectónico, etc. Um outro aspecto importante é a questão da



acessibilidade social relativa aos diferentes grupos de beneficiários. Em termos de acessibilidade é igualmente importante referir os imensos obstáculos burocráticos que impedem a sua implementação. As barreiras burocráticas reflectem muitas vezes as estratégias de redução dos direitos sociais. Outro elemento importante é a forma como os utentes são tratados: são considerados um problema social, estigmatizados como inactivos, pouco inteligentes, incapazes de “governar” as suas vidas e evitando as responsabilidades? Ou são encorajados a desenvolver e a aumentar as suas potencialidades? Os serviços sociais esforçam-se por eliminar os obstáculos para uma maior inclusão social, por tratar os beneficiários com respeito e garantir a sua dignidade? Muitas vezes, os serviços sociais foram privatizados o que significa que não estão acessíveis a todos nas mesmas condições, sendo o lucro mais importante do que a dignidade das pessoas.

O rendimento mínimo constitui um dos principais pilares da luta contra a pobreza, fixando os mínimos para uma vida digna. Por esta razão, há um debate alargado sobre o que se entende por uma vida digna e como pode ser garantida. Os direitos às prestações sociais resultam da luta dos trabalhadores devendo por isso ser correctamente distribuídas. As pessoas que não podem ou deixaram de poder garantir a seu sustento têm direito a estas prestações. Isto é visto muitas vezes como subsídio-dependência e desincentivo ao trabalho. Estes debates podem levar à supressão das prestações sociais ou à redução dos recursos aumentando a pressão exercida sobre as pessoas para procurarem um emprego. Mas a experiência mostra que a

redução das prestações sociais conduz ao aumento da pobreza sem aumentar a taxa de emprego. O progresso económico e cultural fixou uma fasquia muito alta em matéria de dignidade, à qual cada pessoa tem direito quer por via do emprego ou não. As pessoas não vivem na pobreza por opção. As causas da pobreza devem ser encontradas nas características estruturais, que, por sua vez, são o produto das políticas. Consequentemente, o Estado tem a obrigação de assumir a sua responsabilidade para que as pessoas tenham uma vida decente. A implementação do rendimento mínimo é um instrumento essencial neste domínio. Convém ainda sublinhar que determinados grupos se sentem cada vez mais excluídos dos serviços sociais, nomeadamente os migrantes, os indocumentados, os sem-abrigo ou sem residência fixa e todas as pessoas que se encontram em situação de irregularidade.

A habitação não se resume apenas a um tecto mas sim ao facto de se possuir uma casa que garanta segurança e estabilidade. Uma casa constitui um espaço privado onde é possível viver em dignidade, onde se pode recuperar energias, descansar, ter actividades de lazer, manter os laços sociais e preservar a memória do passado graças aos objectos e pertences que aí são preservados e expostos. Tudo isto contribui para a segurança e permite afastar a preocupação constante com as questões básicas da sobrevivência. Ter à disposição água potável, electricidade e aquecimento liberta tempo e energia para nos dedicarmos a outras actividades. Sem estas comodidades, somos obrigados a pensar todos os dias na nossa sobrevivência, nomeadamente como podemos



fazer a nossa higiene, onde dormir ou guardar os nossos objectos pessoais, onde encontrar forças para enfrentar o dia-a-dia. Por estes motivos, as políticas de habitação são um elemento chave na redução da pobreza uma vez que nos permitem canalizar as nossas energias para outras coisas sem pensarmos no que vamos comer ou onde vamos dormir, etc. Ter uma casa permite-nos pensar em arranjar um emprego, estudar, aumentar os nossos conhecimentos e qualificações, etc. Ao longo dos anos a experiência mostra-nos que o mercado imobiliário enquanto tal, não oferece habitação condigna a pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade. Os Estados deveriam gerir a política da habitação tendo consciência da importância de uma “casa” na vida de qualquer pessoa. Cabe ao Estado interrogar-se sobre as características de uma habitação decente para as pessoas que vivem no país.

Os workshops evidenciaram que os serviços de interesse geral são, até certo ponto, um pilar escondido da pobreza, uma vez que os seus efeitos não são suficientemente explorados nem há uma consciencialização geral sobre a sua importância. Esta falta de sensibilização deve-se ao facto da falta de electricidade e de água estar confinada a zonas rurais ou a bairros marginalizados onde o problema mais grave é a falta de um tecto e de infra-estruturas.

Recentemente, este problema é também visível em áreas residenciais degradadas, ocupadas por imigrantes, idosos, ciganos, sem-abrigo e outros grupos excluídos. Os serviços de interesse geral incluem autocarros e comboios, meios de transporte que na era da flexibilidade do trabalho são essenciais para encontrar e manter um emprego. Poucas pessoas podem ter esperança em encontrar trabalho na sua área de residência e são cada vez mais aqueles que todos os dias têm que passar horas nos transportes para chegarem ao seu local de trabalho. Esta é também uma época em que as lojas tendem a concentrar-se nos centros comerciais, afastados das zonas residenciais; os transportes públicos são essenciais tanto para os que vivem no centro das cidades como para aqueles que vivem nos subúrbios e ainda mais para os que vivem nas zonas rurais, que têm igualmente dificuldades de acesso aos serviços de saúde e à educação.

Todas estas questões necessitam de uma discussão aprofundada. Os Encontros anteriores mostraram que não podemos esperar resultados e mudanças imediatos; é importante, no entanto, que as pessoas que vivem em situação de pobreza dialoguem com os responsáveis dos programas e das políticas de forma a contribuir para a redução das desigualdades. Espero que este Encontro seja mais um passo no sentido de alcançar esse objectivo.

Nota da Presidência Eslovena da União Europeia ao Conselho

Luxemburgo, 9 e 10 de Junho de 2008



A Presidência Eslovena, com o apoio da Comissão Europeia, do Governo Belga e da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), organizou o 7º Encontro Europeu de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza, em Bruxelas, nos dias 16 e 17 de Maio 2008. Neste evento participaram 124 delegados, de 26 países, assim como 90 convidados de ministérios nacionais, de instituições europeias, de ONG's, do meio académico e de sindicatos.

Este ano o Encontro centrou-se em quatro pilares da luta contra a pobreza: os serviços de interesse geral, os serviços sociais, a habitação e o rendimento mínimo. Apresentam-se de seguida as mensagens chave e as recomendações expressas pelos delegados do 7º Encontro:

Os **serviços de interesse geral (SIG)** acessíveis (física e monetariamente) são essenciais a uma vida decente e ao respeito dos direitos fundamentais. Muitos dos delegados referiram as crescentes dificuldades de acesso a estes serviços. A pobreza energética é disso exemplo. O impacto do aumento do custo da energia e de outros bens/serviços básicos foi amplamente sublinhado. Os delegados referiram como inaceitável o facto de se verem forçados a escolher entre comida ou aquecimento. As suas principais recomendações são:

- O acesso à energia e a outros serviços básicos deve ser garantido como um direito fundamental.
- Os Estados-Membros deveriam garantir o acesso a todos os serviços essenciais através de medidas de regulação dos preços, o acesso a um pacote mínimo de serviços e proibir os cortes de energia, etc.
- A Carta Europeia dos Direitos dos Consumidores de Energia, actualmente em

preparação, deve incluir mínimos sociais e ser legalmente obrigatória. A Carta deve constituir um instrumento para proteger os consumidores.

- A pobreza energética deve ser reconhecida como um problema grave sobre o qual a União Europeia deve adoptar medidas concertadas e urgentes, especialmente no âmbito do aumento do preço da energia. Isto deve incluir uma acção sobre preços justos e uma eficácia energética e deve estar ligado à garantia de um rendimento mínimo adequado.
- Deve ser distribuída informação acessível e compreensível nos serviços de atendimento, em vez de se confiar nos meios electrónicos que são discriminatórios para as pessoas de baixos rendimentos; é igualmente importante disponibilizar um serviço de aconselhamento independente assim como procedimentos de reclamação eficazes.
- O efeito da liberalização dos mercados, incluindo a Directiva dos Serviços, deve ser urgentemente avaliado no que diz respeito ao seu impacto social, nomeadamente nas pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social.
- As pessoas que vivem em situação de pobreza devem ser envolvidas no desenvolvimento, implementação e avaliação das políticas relacionadas com os serviços de interesse geral, se quisermos levar a cabo uma verdadeira avaliação de como estes serviços e o funcionamento do mercado interno contribuem para a inclusão social.

Os **serviços sociais** são essenciais uma vez que favorecem a inclusão social das pessoas em situação de pobreza; como tal, devem ser de qualidade e o seu acesso garantido para todos. Os



direitos do mercado interno não devem sobrepor-se aos direitos fundamentais e não deveriam interferir com as obrigações dos Estados-Membros em organizar os serviços sociais acessíveis que respondam às necessidades reais das comunidades locais. O direito à assistência social está reconhecido na Carta dos Direitos Fundamentais, mas este direito é progressivamente mais difícil de aceder devido aos critérios discriminatórios, de contratos e sanções. As principais recomendações dos delegados são as seguintes:

- O direito e acesso aos direitos sociais de qualidade devem ser garantidos.
- Os direitos sociais devem ser economicamente acessíveis, de qualidade e contínuos; devem ainda responder às necessidades reais das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social ao longo das suas vidas, e em situações de vulnerabilidade e instabilidade.
- Todas as pessoas têm direito a um tratamento igual e digno no acesso aos serviços sociais sem qualquer discriminação.
- A informação e o aconselhamento devem estar disponíveis de uma forma acessível a pessoas com baixos rendimentos, por exemplo através de serviços locais.
- O acesso a serviços de saúde de qualidade e à habitação deve ser urgentemente melhorado.
- Deve ser criado um Observatório Europeu da Saúde e da Pobreza.
- A nova abordagem que consiste no desenvolvimento de contratos individuais entre beneficiários e prestadores de serviços sociais está a causar alguma apreensão entre as pessoas que vivem em situação de pobreza. Devem ser tomadas medidas para garantir que estes contratos não são discriminatórios.

- A União Europeia deveria estabelecer normas de qualidade que assegurem que os Estados-Membros garantem serviços acessíveis e de qualidade.
- Os governos nacionais devem garantir o bom funcionamento dos serviços sociais e assegurar que esses serviços actuam em conformidade com as normas estabelecidas a nível europeu.
- Os serviços sociais devem ser coordenados, implementados e avaliados a nível local.
- Para respeitar os direitos humanos, as pessoas em situação de pobreza devem ser estruturalmente envolvidas através de mecanismos de participação a todos os níveis. Os modelos participativos de desenvolvimento e de implementação devem ser activamente promovidos e apoiados pelos mecanismos de financiamento europeu e nacionais.

O direito à habitação e ao alojamento é um direito que deve ser reconhecido pela União Europeia como um direito fundamental. Os delegados sublinharam que uma casa é mais do que quatro paredes e que as pessoas necessitam de um bom ambiente e de serviços de qualidade para viverem dignamente. As dificuldades em relação à habitação e ao alojamento para os sem-abrigo, toxicodependentes ou pessoas com problemas de saúde mental foram salientadas, assim como exemplos de projectos de habitação bem sucedidos que respondem às necessidades destes grupos e que são desenvolvidos envolvendo as pessoas a quem se destinam.

Os delegados expressaram a sua preocupação em relação às dificuldades enfrentadas pelos migrantes no domínio da habitação. Foi ainda referido que as pessoas com deficiência têm necessidades



especiais ao nível da habitação de forma a garantir o seu direito a uma vida autónoma. No entanto, foi ainda mencionado que, em muitos Estados-Membros, o aumento dos preços das casas e do montante que as pessoas têm de dispor para pagar a sua habitação traduziu-se num aumento das dificuldades para uma larga faixa da população. Apesar de ter sido reconhecido que a habitação é da competência de cada Estado-Membro, foi consensual a necessidade de se empreender mais esforços, ao nível da cooperação Europeia, para resolver os problemas de acesso à habitação. As recomendações dos delegados foram as seguintes:

- O envolvimento das ONG's e das pessoas directamente implicadas nos problemas de habitação é essencial para responder às necessidades reais dos sem-abrigo e das pessoas com problemas de habitação.
- É essencial consagrar os meios financeiros para o *empowerment* dos sem-abrigo e para apoiar as ONG's que desenvolvem a sua intervenção no domínio da habitação.
- É necessário desenvolver estratégias e Planos de Acção Nacionais para resolver os problemas da falta de habitação.
- A habitação e o fenómeno dos sem abrigo devem tornar-se o enfoque de um ano temático europeu no âmbito da Estratégia Europeia da Inclusão Social.
- A existência de habitação social é essencial para uma estratégia bem sucedida na abordagem aos problemas de habitação.
- Os Fundos Estruturais poderiam funcionar como um melhor apoio no acesso a uma habitação a preços economicamente aceitáveis.

- Os Estados-Membros deveriam fixar objectivos em termos da percentagem de rendimento que as pessoas deveriam ter para pagar a sua casa.
- A política de tributação deveria desencorajar a existência de casas desocupadas assim como a especulação imobiliária.
- A não discriminação no acesso à habitação é determinante e a legislação Europeia nesta matéria deveria ser reforçada e a sua implementação estritamente fiscalizada.

As políticas de **rendimento mínimo** devem existir em todos os Estados-Membros da UE e ser consideradas como um direito, reconhecendo que a dignidade tem um custo, constituindo um investimento essencial para o futuro da nossa sociedade. As principais recomendações dos delegados incluíram:

- O rendimento mínimo deve ser encarado como uma ferramenta dinâmica que pode ser facilmente utilizada por todas as pessoas em situação de desfavorecimento de forma a mudar as suas vidas.
- O rendimento mínimo é um investimento de inclusão social que reconhece que o emprego não é a única via para a inclusão.
- Os participantes acentuaram a necessidade de informação e de acesso ao rendimento mínimo. Os procedimentos administrativos deveriam ser simplificados e transparentes, respeitar a dignidade das pessoas implicadas (por exemplo, criando um único local para requerer esta prestação, evitando que as pessoas repitam as suas histórias de vida inúmeras vezes).
- O rendimento mínimo não é apenas um questão de dinheiro mas também de acesso aos serviços de saúde, à cultura... e a outros recursos necessários a uma vida digna.



- O rendimento mínimo deveria estar ligado ao custo de vida, tendo em consideração o aumento dos preços, de acordo com os níveis de vida de cada país e em ligação com as necessidades das pessoas. As ONG sociais têm um papel especial a desempenhar na abordagem para a definição de um “cesto de bens” necessários a uma vida digna.
- A UE deveria liderar o reconhecimento de que o rendimento mínimo é um benefício e um recurso mais do que uma despesa e deveria evitar e estigmatizar os esquemas de rendimento mínimo como ‘medidas passivas’.

Os delegados insistiram na necessidade de que estes quatro pilares sejam visíveis na luta contra a pobreza e a exclusão social. Sublinharam ainda que é necessário que os meios de comunicação social transmitam uma imagem exacta da realidade da pobreza e deixem de passar imagens negativas de “pessoas preguiçosas que não querem trabalhar”. Os delegados indicaram que a promoção da participação das pessoas que vivem em situação de pobreza é um elemento essencial para desfazer estereótipos negativos e para reconhecer a sua inteligência e valiosa experiência e a sua capacidade para contribuir com propostas construtivas.

Os delegados solicitaram o desenvolvimento de instrumentos de avaliação para medir os progressos obtidos entre cada Encontro. Sublinharam também a necessidade de avaliar o impacto da actual estratégia de inclusão social da UE com vista à

preparação do ano 2010 – Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Propostas da Presidência Eslovena

A Presidência considera a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza como essencial e apela a maiores esforços para promover esta participação.

A Presidência encoraja os Estados-Membros a terem em conta e a incorporarem as mensagens e as recomendações expressas pelos delegados do 7º Encontro nos seus Planos Nacionais de Acção 2008-2011, nos Programas Nacionais de Reforma e no *follow up* da comunicação sobre a inclusão activa.

A Presidência encoraja a Comissão a ter em consideração as opiniões expressas pelos delegados do 7º Encontro no seu trabalho sobre os serviços, nos princípios a elaborar sobre a inclusão activa, no seu trabalho de *follow up* sobre a Estratégia de Lisboa e sobre o Método Aberto de Coordenação aplicado à Protecção Social e à Inclusão Social, assim como nas suas propostas para a próxima Agenda Social.

A Presidência encoraja os participantes e convidados do 7º Encontro a difundir os resultados e as experiências do Encontro de uma forma o mais alargada possível, e a envidar esforços para mostrar como os resultados dos Encontros contribuem para o intercâmbio de conhecimento e de experiências, o desenvolvimento de acções de combate à pobreza e à exclusão social, a todos os níveis.

Os Encontros Europeus, um processo que avança



O Conselho Europeu de Lisboa (2000) acordou implementar uma Estratégia Europeia de forma a “produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza na Europa até 2010”; uma das estratégias adoptadas – a luta contra a Pobreza e a exclusão social – constitui um elemento chave para avançar com este compromisso e **deve incluir todos os stakeholders, incluindo as pessoas que vivem em situação de pobreza.**

Os Encontros Europeus das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza inscrevem-se neste contexto e são claramente um processo que avança. O seu acompanhamento e preparação são objecto de trabalho em cada um dos Estados-Membros.

Que podemos retirar dos Encontros precedentes?

2001 O Governo Belga decidiu capitalizar na sua Presidência da União Europeia as experiências em participação que vinham a germinar desde 1994, organizando o 1º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza, no qual foram abordadas quatro questões: **habitação, saúde, formação e rendimento.**

A grande conclusão deste primeiro evento foi que as pessoas que vivem em situação de pobreza tinham **conhecimento e competência para analisar os fenómenos de exclusão, e vontade para participar na sociedade e nas decisões que afectam as suas vidas.**

2003 Em 2002, o Governo Belga lançou a proposta de um 2º Encontro, que viria a ser organizado pela Presidência Grega. A

preparação foi confiada à EAPN mas houve pouco tempo para realizar um trabalho preparatório profundo, com as várias delegações. O tema escolhido recaiu sobre as **“boas práticas em matéria de participação”**. A preparação e os workshops produziram **modelos de processos participativos e uma exigência dos delegados: as pessoas que vivem em situação de pobreza querem ter a possibilidade de dialogar directamente com os decisores políticos sobre as medidas e políticas que os afectam.**

Em resposta a esta vontade, a Presidência Grega pediu ao Conselho de Junho para que os Encontros Europeus se tornassem um **processo recorrente**, à semelhança da Mesa Redonda sobre os Assuntos Sociais.

2004 Sob a Presidência Irlandesa, a temática escolhida reflectiu as questões decorrentes do 2º Encontro, centrando-se no diálogo entre as pessoas que vivem em situação de pobreza e os decisores políticos, tendo como título **“A participação como uma via de dois sentidos”**. Invertendo-se os papéis tradicionais, as **“autoridades” são consideradas como os “convidados” das pessoas em situação de pobreza**, e interagiram directamente como os delegados nos debates dos workshops. O Encontro encerrou com um **debate aberto entre as pessoas em situação de pobreza e o painel de decisores políticos**. Durante este evento foi produzido um DVD que constitui um instrumento largamente utilizado pelas redes nacionais da EAPN para sensibilizar os decisores políticos



nacionais e regionais.

2005 A Presidência do Luxemburgo optou por trabalhar sobre as **imagens e as percepções da pobreza**. Foi dado um maior enfoque às produções visuais – *patchworks*, pinturas e fotografias – trazidas pelas pessoas que vivem em situação de pobreza. Estas criações resultaram numa exposição apresentada na Mesa Redonda de Liverpool, tendo igualmente sido publicado um catálogo de todos os trabalhos. A Presidência Luxemburguesa demonstrou um profundo envolvimento levando uma forte mensagem ao Conselho de Ministros de Junho, **convidando todos os países europeus a organizar este tipo de Encontro**.

Várias redes nacionais da EAPN começaram, gradualmente, a organizar encontros semelhantes à escala nacional e/ou regional.

2006 Sob os auspícios da Presidência Austríaca, o trabalho preparatório englobou todos os aspectos da pobreza e da exclusão social em torno do tema «**Como enfrentamos o dia-a-dia?**». O trabalho efectuado pelos delegados revelou **a proactividade e a energia das pessoas em situação de pobreza** assim como o seu **dinamismo**. Cada delegação preparou um *poster* e apresentou-o em sessão plenária: este foi

um dos momentos mais marcantes e inesquecíveis do 5º Encontro. Os *posters* foram expostos na Mesa Redonda, na Finlândia, em vários locais da Comissão, em Abril de 2007, e no primeiro Encontro Nacional de pessoas em Situação de Pobreza no Reino Unido, em Julho de 2007. A avaliação do 5º Encontro revelou uma forte necessidade de fazer um ponto de situação após os cinco primeiros Encontros.

2007 O 6º Encontro, durante a Presidência Alemã, decidiu canalizar esta prioridade e escolheu como tema «**Progresso alcançado, passos futuros**». Nos dias 4 e 5 de Maio de 2007, 130 delegados de 27 países e 97 representantes de instituições europeias e nacionais encontraram-se em Bruxelas. Os delegados e os convidados deram expressão visual ao tema do Encontro através de objectos simbólicos. Sem minimizar os progressos alcançados no domínio social, os delegados enfatizaram que o objectivo de erradicar a pobreza até 2010 não é realista, quando há sinais evidentes do aumento da pobreza. O 6º Encontro mostrou claramente que os processos participativos potenciam e aumentam o **empowerment**. Foi ainda assinalado um aumento da cooperação entre associações e autoridades públicas, e um apelo a um diálogo contínuo a nível nacional.

Sessão de Abertura



Marjeta COTMAN, *Ministra do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia*

Em primeiro lugar gostaria de expressar os meus agradecimentos a todos os organizadores, em especial à Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), ao seu Director, Fintan Farrell, e à sua equipa, sem os quais não teria sido possível organizar este evento. Gostaria de agradecer igualmente à Comissão Europeia, pelo seu envolvimento e apoio financeiro e ao Governo Belga que providenciou o local, promovendo assim uma reflexão aprofundada sobre a pobreza, fenómeno de grande preocupação para todos nós.

Devo admitir que estaria muito mais satisfeita se não tivéssemos de falar, debater sobre a pobreza na Europa, onde os sistemas de segurança social foram desenvolvidos nas últimas décadas. Infelizmente, temos que admitir que no séc. XXI, a pobreza não só existe como está a aumentar.

Não vos vou maçar com estatísticas, pois não são muito pertinentes para vós nem para as vossas famílias. Na minha opinião, uma das nossas maiores tarefas é criar condições que dêem a toda a gente uma oportunidade de uma vida decente e com qualidade. Aqui, deveremos respeitar os valores comuns europeus como: a solidariedade e a coesão, a igualdade de oportunidades, a luta contra todas as formas de discriminação, a saúde e a segurança no trabalho, a inclusão na sociedade civil e o desenvolvimento sustentável.

O principal valor é o trabalho. Não apenas o trabalho que traz um salário, mas o trabalho que contribui para a dignidade humana e dá segurança. Por isso, a integração no mercado de trabalho de

todas as pessoas aptas para trabalhar é um objectivo fundamental a nível europeu. Mas, paralelamente, temos que garantir uma protecção social adequada para aqueles que não podem trabalhar.

A pobreza e a exclusão social são problemas complexos e multidimensionais que afectam não só o indivíduo como a sociedade. Temos que os abordar de forma integrada. A experiência adquirida dos Encontros precedentes indica que a colaboração entre os representantes dos Governos nacionais, a Comissão Europeia, as ONG's, os parceiros sociais e os outros actores envolvidos na luta contra a pobreza, é fundamental para o intercâmbio de experiências com as pessoas que vivem em situação de pobreza. Esta cooperação é importante para melhorar as políticas e as práticas que afectam o quotidiano das pessoas afectadas pela pobreza.

As recentes discussões sobre a nova Agenda Social confirmam que os objectivos sociais devem ser incorporados e respeitados pelas políticas europeias. Devemos assegurar, igualmente, que estes objectivos são apoiados pelas pessoas.

Todos nós queremos oportunidades para um melhor desenvolvimento pessoal ao longo da vida; todos nós necessitamos de ter acesso à educação, a serviços de saúde de qualidade, a serviços sociais e a serviços de interesse geral. E acima de tudo, precisamos de solidariedade. Precisamos dela quando não somos capazes de tomar conta de nós próprios e a sociedade, no seu todo, necessita, constantemente, da solidariedade de forma a existir e a desenvolver-se.



Estamos conscientes de que os objectivos sociais devem ser incorporados – *mainstreamed* – em todas as políticas europeias. Precisamos de criar oportunidades para maximizar o desenvolvimento do potencial dos indivíduos em todas as etapas da vida; precisamos de cimentar o acesso à educação, aos cuidados de saúde, à protecção social e aos serviços de interesse geral e, para tal, a Agenda Europeia deve investir nas infra-estruturas apropriadas. Finalmente, a **solidariedade** é indispensável, quer ao nível do indivíduo incapaz de se auto governar, quer ao nível da sociedade no seu todo, de modo a existir e a desenvolver-se.

O 6º Encontro, organizado pela Presidência Alemã no ano passado, estabeleceu que este tipo de Encontros oferece uma nova oportunidade de envolvimento na implementação dos diferentes processos e políticas a nível da UE.

Os políticos e os académicos não devem ser o centro da atenção, mas sim as pessoas que melhor conhecem os problemas. Cada palavra e cada opinião são importantes para garantir a maior inclusão social possível. Portanto, cada pessoa deve expressar a sua opinião e contribuir para uma Europa social sem exclusão!

Este ano o Encontro intitula-se “**Quatro Pilares na Luta contra a Pobreza**”. Estes pilares são os seguintes: **os serviços sociais, os serviços de interesse geral, a habitação e o rendimento mínimo.**

Porquê estes 4 pilares? Porque o Encontro do ano passado sinalizou-os como questões particularmente importantes. Portanto, estas áreas necessitam dos nossos contributos conjuntos. Mais

ainda, estas temáticas podem ser incluídas nos actuais debates sobre o mercado interno e sobre a liberalização dos serviços e como tal, no debate determinante de um rendimento mínimo *standard* na Europa.

Os esforços a nível europeu devem visar a preservação do papel dos serviços de interesse geral e a sua importância para as pessoas. Por outro lado, queremos estimular a qualidade e a acessibilidade dos serviços sociais, que indubitavelmente melhorarão a qualidade de vida dos cidadãos europeus.

Isto constitui um dos principais objectivos apoiados pela Presidência Eslovena que dá um especial destaque aos serviços sociais. Apoiamos a proposta da Comissão Europeia para o estabelecimento de um quadro europeu de serviços sociais harmonioso. Por outro lado defendemos o acordo sobre os princípios gerais de qualidade dos serviços sociais de interesse geral a nível europeu.

Estamos interessados em ouvir as vossas opiniões sobre as questões relacionadas com a habitação e o rendimento mínimo.

Precisamos da vossa ajuda para encontrar soluções adequadas. Estou convencida que, nos próximos dois dias, sereis produtivos e bem sucedidos, capazes de ouvir e ser ouvidos e compreendidos. Estou convencida que, em conjunto, encontraremos as soluções para os vossos problemas do dia-a-dia.

Espero que a discussão e o debate sejam produtivos.



Jérôme VIGNON, *Director, Direcção da Protecção Social e da Integração, Comissão Europeia*

Enquanto representante da Comissão Europeia, tive o privilégio de participar nos Encontros anteriores e gostaria de me concentrar no que eles trouxeram para as instituições Europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu, o Conselho dos Ministros e a Comissão Europeia, para sublinhar o quão produtivo este diálogo tem sido desde 2001.

Gostaria de prestar homenagem à Bélgica, representada aqui pelo seu Secretário de Estado para a Pobreza, Jean-Marc Delizée, porque tenho plena consciência que é à Bélgica, em 2001 – advento da estratégia europeia de luta contra a pobreza e a exclusão – que devemos esta iniciativa original de um verdadeiro reencontro.

Sabemos que nada é perfeito. Não é fácil vir de todos os cantos de uma Europa cada vez mais vasta. Não é fácil preparar um Encontro desta natureza sem a devida antecedência. Mas graças à louvável perseverança da EAPN e aos seus organizadores este evento tem sido ano a pós ano cada vez maior em dimensão, visibilidade e utilidade. E é ainda mais louvável uma vez que no ano passado, em 2007, entrevi uma certa apatia...

O que contributos é que os Encontros trouxeram para a Comissão?

Eles tiveram um impacto real. Primeiro, são vocês que acolhem as instituições o que simboliza o contributo das pessoas em situação de pobreza.

Entre 2001 e 2003, a Comissão deu-se conta que a participação era a chave para a Estratégia Europeia. Em 2005, a natureza simbólica da imagem e da

percepção das pessoas que vivem em situação de pobreza foi assinalada. Desde então, o Programa “Progress” incluiu uma parte importante consagrada à comunicação e à imagem.

Em 2006: a redução das desigualdades quando a sociedade está a tornar-se cada vez mais piramidal, foi uma das principais mensagens do Encontro Europeu. Depois desta conclusão a Estratégia de Lisboa fixou a inclusão social como um objectivo. A coesão social tornou-se um objectivo da UE.

O ano de 2008 abordará a eficácia conjunta dos serviços. De facto, a coesão social não é apenas uma questão de emprego. Todas as políticas europeias devem convergir para uma Europa coesa. Tenho a certeza que as mensagens deste Encontro terão um impacto no actual desenvolvimento desta importante questão, que são os serviços, incluindo ainda o rendimento adequado.

Jean-Marc DELIZEE, *Secretário de Estado da Luta contra a Pobreza, Bélgica*

Antes de mais gostaria de vos dizer que é uma honra para mim participar neste Encontro Europeu. E de participar com um duplo sentimento de humildade e respeito. De humildade, porque ser responsável pela luta contra a pobreza na Bélgica, como em qualquer parte da Europa, é sentirmo-nos muito pequenos face a um imenso desafio; é ser confrontado com esta questão fundamental: como é que reduzimos as desigualdades que existem na Bélgica, na Europa e no mundo? Como é que “curamos” a fractura da nossa sociedade? Como é que garantimos uma existência segura e digna para todos?

Respeito porque imagino o quão grande é o esforço



para muitos de vós. Posso imaginar que não é fácil virem aqui dar o vosso testemunho, explicar a realidade das vossas vidas e dizer o que vos preocupa. Respeito porque encontraram força para o fazer.

Em 2001, a Presidência Belga da União Europeia tomou a iniciativa de organizar o primeiro Encontro Europeu para debater a pobreza, numa abordagem baseada no diálogo e no partenariado. Esta iniciativa foi seguida por outros Estados. Gostaria de agradecer aos responsáveis políticos que prosseguiram nesta via e em particular à minha colega Eslovena, Marjeta Cotman, pela organização deste 7º Encontro.

Pela primeira vez na Bélgica foi designado um Secretário de Estado para a luta contra a pobreza. O governo Belga tem como objectivo fazer disto uma questão essencial. Este é um grande desafio que requer a mobilização de todos. Um Secretariado de Estado dará uma visibilidade política à luta contra a pobreza. O meu papel é o de coordenador e o de impulsionador. O vosso trabalho é um contributo valioso para a reflexão. Neste Encontro, pretendo escutar-vos, saber quais são os vossos desejos, as vossas experiências e necessidades. Não há solução possível sem escuta, sem intercâmbio e sem diálogo. As medidas não são feitas para as pessoas, mas com as pessoas e mobilizando a energia de todos, e aos vários níveis, desde o bairro, à aldeia até às instâncias europeias.

Em Lisboa, em 2000, os chefes de Estado e de Governo estabeleceram objectivos muito ambiciosos que não surtiram grandes efeitos. Devemos propor, conjuntamente, medidas concretas nos nossos respectivos Estados e

reformular os objectivos europeus para uma sociedade coesa.

Salomé MBUGUA, *Delegada do 6º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza – 2007*

Queria aproveitar esta oportunidade para agradecer aos organizadores deste importante Encontro e de referir também a importância de se continuar a organizar este tipo de encontros.

Sinto-me, simultaneamente, privilegiada e honrada por poder partilhar convosco a minha experiência de participação no Encontro do ano passado.

Quando em 2007 fui designada para participar no 6º Encontro, não sabia muito bem o que me esperava. Quatro dos participantes da Irlanda encontraram-se várias vezes para preparar o Encontro. A experiência da pobreza dos imigrantes tinha sido o tema escolhido pela Irlanda e em função desta escolha, os participantes foram seleccionados entre as várias comunidades de imigrantes.

Foram acordados seis aspectos que têm um impacto no estilo e nas condições de vida dos imigrantes e cada participante ficou responsável por efectuar pesquisas sobre um dos tópicos, nomeadamente:

1. €19.10 por dia para um adulto requerente de asilo
2. Mobilidade restrita
3. Reagrupamento familiar
4. Racismo e discriminação
5. Trabalhadores indocumentados
6. Falta de reconhecimento das qualificações



Os quatro delegados trabalharam com as suas respectivas associações e conceberam imagens para a apresentação. Durante este processo preparatório, a EAPN Irlanda deu-nos muito apoio e, por isso, ficamos gratos. Foi muito importante para nós podermos beneficiar, ao mesmo tempo, do apoio e do esclarecimento de profissionais.

Os delegados deixaram a Irlanda um dia antes do Encontro. Na sessão de abertura, foi solicitado aos delegados de todos os países para apresentarem os objectos em 3 dimensões que tinham concebido. Quando chegou a nossa vez, senti que a presença de quatro delegados procedentes de minorias étnicas constituía um desafio.

Cabia-nos a nós enviar para este Encontro pessoas com uma experiência directa nos assuntos debatidos. Foi uma experiência forte e enriquecedora. Sentimos que a nossa apresentação surtiu eco na assistência; aprendemos também muito com os outros delegados porque é importante ouvir a diversidade dos povos que vivem na Europa, as suas experiências de pobreza, de exclusão e de discriminação.

A nossa apresentação desafiou também a opinião corrente sobre o recente sucesso económico da Irlanda. Neste crescimento económico, salientamos o papel dos migrantes mas também o quanto eles

permaneciam invisíveis e continuavam a viver na pobreza. Foi importante ter voz activa, falar em nosso nome e ser ouvido de igual para igual.

Os workshops deram-nos a oportunidade de estreitar relações, de partilhar experiências e de construir estratégias para ir mais longe. A facilitação foi excelente e pudemos dar o nosso contributo ao mesmo tempo que aprendemos com os contributos dos outros participantes. O impacto do trabalho em rede é inestimável e constitui um ambiente condutor. Durante dois dias travei conhecimento com muitos delegados com os quais mantenho contacto. As apresentações e contributos dos outros países foram muito enriquecedores, marcados por uma enorme criatividade.

O Encontro decorreu com sucesso, sob uma presidência constantemente preocupada com o nosso bem-estar e à vontade. Numa ocasião, a delegação irlandesa apontou algumas omissões nas sínteses das suas intervenções, o que foi rectificado de imediato. Este facto era particularmente importante para nós enquanto imigrantes e demonstraram que estávamos a ser seriamente tidos em consideração.

Foi uma experiência positiva. O único ponto negativo foi a obtenção dos vistos: um de nós teve muitos problemas, o que efectivamente nos recordou a razão pela qual tínhamos vindo.

Workshops*



Tiveram lugar sete workshops, reunindo:

- Delegados provenientes de 25 Estados-Membros e da Noruega, 90% dos quais eram pessoas que traziam a sua experiência de vida em situação de pobreza;
- “Convidados” representantes de diversas instituições europeias e nacionais com responsabilidades em matéria de luta contra a pobreza e exclusão social, organizações europeias e cientistas.
- “Pessoas chave” da Comissão, das instituições europeias, das ONG europeias, do poder local e dos serviços sociais locais.

Esta estrutura constitui uma inovação que visa dinamizar e estimular o intercâmbio.

Cada workshop é o resultado de um trabalho preparatório levado a cabo em cada Estado-Membro. Este trabalho, donde foram retirados extractos para introduzir os relatórios dos workshops, foi apresentado por cada delegação o que permitiu entrar rapidamente no debate.

No final dos workshops foi redigida uma síntese assim como um conjunto de propostas e recomendações. O resultado deste trabalho foi apresentado em sessão plenária onde foi objecto de comentários e de debate.

*A terminologia utilizada durante as workshops foi reproduzida na íntegra.



Extractos do trabalho preparatório

Espanha, Portugal, Noruega, Malta, Eslovénia, Chipre, Finlândia, França, Reino Unido.

O que é que está a funcionar bem?

- A existência do rendimento mínimo é positivo, o problema é que não resolve a pobreza.
- O rendimento mínimo é considerado como um meio e não apenas como uma prestação pecuniária. Como tal, é considerado como fundamental dar credibilidade à medida e garantir que esta se transforma num direito capaz de apoiar os processos de erradicação da pobreza das famílias e das pessoas.
- O rendimento mínimo permite o acesso a outros direitos (cuidados, subsídio de habitação, etc.) e a ajudas opcionais (transportes, lazer, cultura...).
- O rendimento mínimo é um trampolim para que as pessoas possam reconstruir as suas vidas.

O que é que não funciona

- O acesso ao rendimento mínimo deve ser visto como um direito e não um privilégio.
- O rendimento mínimo permite sobreviver, não viver.
- Os procedimentos administrativos são muito burocráticos e lentos. Estão envolvidas demasiadas pessoas e serviços. Deveria haver apenas um interlocutor.
- A opinião pública duvida da importância do rendimento mínimo na luta contra a exclusão social. É necessário convencer a opinião pública de que esta medida é essencial para combater a pobreza e a exclusão social e investir na formação de todos os actores envolvidos na aplicação da

medida (trabalhadores sociais, entidades públicas, sociedade civil...).

- Muitos dos trabalhadores sociais não entende o verdadeiro alcance do rendimento mínimo e tem uma atitude negativa perante os beneficiários.
- O rendimento mínimo é frequentemente inferior ao limiar de pobreza.
- Os jovens dos 18 aos 25 anos não são elegíveis para requererem o rendimento mínimo.
- Falta informação clara sobre o esquema e os critérios de acesso.
- A sociedade tem uma atitude discriminatória relativamente aos beneficiários do rendimento mínimo, conduzindo ao isolamento e à falta de auto-estima.
- A insegurança e a precariedade tornam difícil o desempenho da função parental.
- Há uma diversidade enorme nos mínimos sociais dependendo dos territórios.

Comentários dos Workshops

- *O rendimento mínimo ajudou-me a reconstruir a minha vida, a ter tempo para mim, a beneficiar de cuidados médicos.*
- *Com o rendimento mínimo tem-se direito aos cuidados de saúde, à cultura, mas é necessário procurar estes serviços.*
- *90% dos sem-abrigo não conhecem os seus direitos.*
- *O limiar da pobreza é o limiar da vergonha.*
- *A atitude relativamente aos pobres endureceu. Diz-se que os beneficiários das prestações sociais não gostam de trabalhar. Mas não há nenhum estudo que prove que os beneficiários do rendimento mínimo são preguiçosos!*
- *Ainda que a situação de exclusão dure pouco tempo, é-se excluído de tudo.*
- *Os sem-abrigo não são “uns inúteis”.*



- *Se houvesse fraude massiva, saber-se-ia.*
- *Os jovens entre os 18 e os 25 anos não têm direito a nada.*
- *As pessoas estrangeiras, mesmo com visto, têm dificuldades em beneficiar do rendimento mínimo.*
- *A obtenção do rendimento mínimo é um obstáculo no percurso.*
- *Aumenta o número de pessoas que têm um emprego mas vivem em situação de pobreza. É a pobreza invisível.*
- *O trabalho é sempre mais valorizado do que a vida; isto não está certo.*
- *Não queremos repetir a nossa história milhares de vezes.*

Síntese

Um aspecto positivo dos esquemas de rendimento mínimo é o facto de existirem, afirmam os delegados, apesar de ainda isso não se verificar em todos os países da UE. Contudo, este rendimento é insuficiente porque não é proporcional ao custo de vida. O rendimento mínimo é muitas vezes inferior ao limiar da pobreza (deveria, pelo menos, ser igual). Todos aqueles que não podem viver do produto do seu trabalho deveriam poder viver em dignidade.

As condições de acesso ao rendimento mínimo e a sua atribuição diferem de Estado para Estado. Este rendimento é muitas vezes o “passaporte” para outros benefícios relacionados. Mas o acesso ao rendimento mínimo é igualmente inundado de longas diligências, de duplicação de documentos e de lentidão administrativa. Nem toda a gente sabe que tem direito a solicitar o rendimento mínimo em situação de necessidade.

O rendimento mínimo deve ser um instrumento dinâmico que promove a inclusão. O trabalho não é a única via para a inclusão. A inserção faz-se, igualmente, através da formação profissional, do acesso à cultura, à saúde e da valorização do trabalho não-lucrativo.

As pessoas que beneficiam do rendimento mínimo sentem-se estigmatizadas. São acusadas de não quererem trabalhar, de serem preguiçosas e mesmo fraudulentas.

Propostas

- Todos os Estados-Membros da União Europeia devem implementar um sistema de rendimento mínimo.
- A pobreza deve ser tornada visível através do Método Aberto de Coordenação. Deve-se:
 - Aumentar os espaços de consulta e de diálogo construtivo com as pessoas em situação de pobreza para a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas. Identificar meios facilitadores efectivos e fóruns.
 - Apoiar a abordagem integrada da Comissão Europeia e adoptar os princípios comuns relativos à inclusão activa que serão discutidos em Outubro de 2008.
 - Criar instrumentos/meios de auditoria, Eurobarómetros.
 - Utilizar o conceito de pobreza em termos relativos e não absolutos, mas expressando-o da maneira mais concreta possível.
 - Trabalhar na ligação entre rendimento mínimo e limiar de pobreza.



- Realizar uma campanha europeia em 2010 sobre a necessidade do rendimento mínimo em todos os países.
- Os procedimentos administrativos devem ser simplificados para aumentar o acesso à informação através da criação de balcões únicos.
- O rendimento mínimo deve ser indexado ao aumento real dos preços.
- Os meios de comunicação social devem ser envolvidos na luta contra a pobreza e a exclusão.

Recomendações

- O rendimento mínimo deve ser considerado como um instrumento dinâmico facilmente utilizável por todas as pessoas que dele necessitem de forma a alterar as suas vidas.
- O rendimento mínimo é um investimento para aumentar a inclusão social, reconhecendo que o emprego não é a única via para a inclusão.
- Os participantes insistiram na necessidade de progredir em matéria de informação e de acesso ao rendimento mínimo. Os procedimentos

administrativos deveriam ser simplificados, mais transparentes e respeitar a dignidade das pessoas em causa (por exemplo, criando um balcão único para requererem o rendimento mínimo, evitando que as pessoas tenham de repetir a sua história várias vezes).

- O rendimento mínimo não é apenas uma questão de dinheiro, mas também de acesso aos cuidados de saúde, à cultura... e a outros recursos necessários a uma existência digna.
- O rendimento mínimo deveria estar ligado ao custo da vida, tendo em conta o aumento dos preços, de acordo com o nível de vida de cada país e com as necessidades das pessoas. As ONG sociais têm um papel específico na promoção de uma abordagem participativa para a definição “de um cesto de produtos” necessário a uma vida digna.

A União Europeia deveria liderar o reconhecimento do rendimento mínimo como um bem e um recurso em vez de apenas uma despesa e deveria evitar a estigmatização das políticas de rendimento mínimo como “medidas passivas”.



Extractos do trabalho preparatório

Espanha, Polónia, Noruega, Malta, Itália, Dinamarca, Eslovénia, Chipre, República Checa, Lituânia, Irlanda, Reino Unido, Bélgica

O que é que está a funcionar bem

- Certas províncias têm suplementos de ajuda ao arrendamento.
- As autoridades estão conscientes de que há uma dificuldade no acesso à habitação. Mostram a sua preocupação ao implementarem políticas mas é ainda demasiado cedo para avaliar a sua eficácia.
- Certos municípios e regiões iniciaram o desenvolvimento de novas políticas locais ou regionais em matéria de habitação, ligadas a processos de inclusão social de grupos desfavorecidos.
- As pessoas em situação de pobreza recebem um subsídio de habitação que depende do seu rendimento.
- - Está previsto um fundo de financiamento estatal para apoiar a habitação, através da concessão de empréstimos com uma taxa de juros reduzida.
- O governo controla as rendas até 2010.
- A habitação social é uma prioridade para pessoas com baixos rendimentos e famílias numerosas.
- O crédito para compra de casa é acessível.
- Associações asseguram apoio à habitação.
- A lei autoriza a compra de edifícios devolutos pelo poder público.
- Existem subsídios de habitação e sistemas de ajuda, nomeadamente o pagamento de garantias de arrendamento pelos Centros

Públicos de Acção Social.

O que é que não funciona

- Há muito poucas casas para pessoas que vivem sozinhas. Além disso, este tipo de alojamento quando é mais acessível não se encontra nos anúncios de aluguer.
- As listas de espera para a habitação social são longas.
- Mesmo as casas mais baratas são acessíveis apenas às famílias da classe média.
- Nos novos Estados-Membros, o mercado imobiliário ainda está em transição com situações muito diversas e subalugueres não declarados que em nada facilitam a vida das pessoas mais vulneráveis. São provavelmente os primeiros a sofrer com esta lenta evolução... assim como até ao momento não há nenhum país onde o mercado de habitação seja transparente e beneficie os mais necessitados!
- Os utentes dos albergues têm de pagar um montante quase equivalente à totalidade do rendimento mínimo.
- As casas de habitação social são frequentemente demasiado pequenas e mal concebidas.
- Há, em algumas cidades, imensos edifícios abandonados. O que é que se pode fazer para os ocupar?
- A habitação social é atribuída com base num sistema de pontos. A partir de 19 pontos o processo de pedido de habitação social começa a ser analisado para se ter acesso a uma lista de espera.
- Não faz sentido concentrar em habitação social apenas as pessoas em situação de grande



dificuldade, em termos de emprego e de inclusão na sociedade. Estas pessoas não têm grandes oportunidades de se relacionarem com famílias e pessoas com um tipo de vida diferente.

- Este ano houve 1200 ordens de despejo, com pouco tempo de aviso e com base em práticas legais duvidosas.
- É sobretudo em zonas mais ricas que são aplicadas políticas locais e regionais fortes em matéria de habitação. Não há política nacional de habitação.
- A construção de habitação social é quase inexistente.
- A habitação é muito cara em comparação com os rendimentos.
- Os municípios estão a vender o seu parque de habitação social o que constitui uma preocupação para as pessoas.
- Estabeleceu-se um mercado negro no domínio da habitação.
- As pessoas das comunidades de *travellers* têm dificuldades em obter habitação social.
- Poucas casas estão adaptadas a pessoas com deficiência e encontram-se normalmente afastadas das zonas comerciais.
- Os imigrantes têm um acesso reduzido ou nulo à habitação social.
- Muitas famílias que vivem em casas alugadas de proprietários privados são elegíveis para requererem habitação social.
- Os regulamentos são distorcidos e algumas imobiliárias tentam obter lucros.
- O código da habitação prevê um período experimental de dois anos antes da atribuição definitiva da casa. Os critérios de adjudicação definitiva não são claros nem independentes.

- A lei da compra obrigatória dos edifícios desabitados não é aplicada.

Comentários dos Workshops

- *A habitação não é acessível a certos grupos, incluindo as pessoas com deficiência.*
- *Não há casas suficientes e o valor das rendas podem forçar as pessoas para situações de sem-abrigo.*
- *A habitação não deve absorver mais do que 30% do rendimento.*
- *As pessoas que vivem em situação de pobreza não podem muitas vezes adiantar o pagamento de uma garantia de arrendamento.*
- *O governo não protege os direitos dos Rom, travellers e migrantes; muitos estão na lista de espera para uma casa. O direito à habitação na prática, não existe.*
- *As famílias com rendimentos baixos não podem pagar o aluguer. O direito à habitação é uma falsa questão.*
- *A habitação não é um direito mas apenas uma mercadoria, um produto.*
- *O problema da habitação tem uma influência directa sobre o fenómeno dos sem abrigo, mas isso não figura nos relatórios governamentais.*
- *Como é que as pessoas que vivem na rua podem pedir ajuda aos serviços sociais?*
- *A habitação mais degradada tem preços mais baixos, mas a qualidade é deplorável.*
- *Para ter direito à habitação social é necessário residir no país pelo menos 2 anos, o que tem um impacto dramático, especialmente na população migrante.*
- *As populações ciganas podem ser obrigadas a sair da cidade de Roma por não terem um*



rendimento suficiente, e as expulsões sucedem-se. O fornecimento de água e de electricidade é cortado, vivemos em acampamentos onde os custos estão cobertos, mas vivemos como animais. As pessoas em Roma foram expulsas das suas casas; os Rom não têm direitos. Queremos integrar-nos na sociedade mas na prática, isso é-nos recusado.

- *Muitas associações/grupos têm experiência mas têm poucas oportunidades para partilhá-la. É necessário tentar que os políticos reconheçam a importância destas associações e as apoiem.*
- *Para se deixar a situação de sem abrigo e ter uma casa, é necessário: primeiro deixar o álcool e a droga e para isso é necessário o apoio dos serviços sociais e assumir uma atitude responsável. Contudo, mesmo depois de ter abandonando a droga e mesmo com uma casa, há ainda o problema da falta de emprego o que nos pode atirar novamente para a droga.*
- *É perigoso sugerir que o fenómeno dos sem-abrigo esteja ligado unicamente à toxicoddependência e ao alcoolismo; isso significa reduzi-lo a um único perfil o que pode conduzir a estereótipos.*
- *O fenómeno dos sem-abrigo existe mesmo nos países mais desenvolvidos. É uma problemática a longo prazo a nível europeu e que necessita de normas mínimas. Sem a criação destas normas, não teremos impacto ou sanção a nível europeu.*
- *A habitação que costumava ser um assunto do Estado está agora nas mãos do sector privado. Há apenas 3% de habitação social.*
- *Dá a impressão de que o Estado não assume as suas responsabilidades.*
- *Os Fundos Estruturais são demasiado limitados: permitem apenas combater os efeitos*

indesejáveis, mas não construir novas habitações.

Síntese

Os delegados constataram que as situações diferem de país para país mas apresentam também muitas similaridades. A habitação constitui um grande problema para todos e particularmente para as pessoas com deficiência, as minorias étnicas, os migrantes incluindo os requerentes de asilo, as famílias monoparentais, os *travellers*, as comunidades ciganas e as pessoas que vivem do rendimento mínimo. Embora haja exemplos de políticas positivas, estas nem sempre são postas em prática nem os fundos correctamente utilizados.

A disponibilidade bem como a acessibilidade dos alugueres é igualmente um problema importante na maior parte dos países o que, em muitos casos, conduz a situações de sem-abrigo. Certos governos estão conscientes deste fenómeno mas tentam esconder o problema em vez de o resolver. A relação equilibrada entre senhorio/inquilino é também uma questão importante.

O nível e a obrigação legal dos direitos relacionados com a habitação diferem de país para país, variando entre esforços para desenvolver boas práticas e habitação de má qualidade que aloja pessoas com pouca esperança de encontrar algo melhor ou que têm de enfrentar o despejo devido ao não pagamento, mesmo quando se trata de alugueres muito baixos.

Há também casos onde os direitos básicos não parecem existir e onde os direitos humanos são ignorados, como acontece com as comunidades



ciganas em Itália. Os Rom vivem frequentemente em condições miseráveis, sem serviços básicos (electricidade e água). Sofrem igualmente de discriminação ao nível da habitação social, sendo constantemente vítimas de despejo e expulsão.

Em alguns novos Estados-Membros, a passagem entre “o antigo regime político” e o novo, faz-se em detrimento da habitação social. Esta está a diminuir e a cair progressivamente nas mãos do sector privado, ou seja na esfera económica lucrativa.

É necessário considerar a política da habitação como um todo. As causas do fenómeno dos sem-abrigo são complexas e multidimensionais: as políticas de habitação, a falta de emprego, as circunstâncias de vida pessoais resultantes da exclusão, por exemplo, a toxicodependência.

A habitação é um direito fundamental que deve ser garantido pela União Europeia. Para garantir uma habitação para todos, o parque de habitação social tem que ser alargado. O valor das rendas deve ser controlado pelo Estado. O inquilino não pode gastar mais de 30% do seu rendimento para pagar a casa. Os governos devem criar igualmente, um fundo de garantia para o arrendamento destinado a pessoas que vivem em situação de pobreza.

As associações oferecem apoio à habitação e como tal deveriam beneficiar de mais recursos. O seu trabalho ajuda os mais vulneráveis a integrarem-se na sociedade. Trabalham muitas vezes em parceria com proprietários privados ou com o poder local.

Propostas

- A União Europeia deve reconhecer o direito à habitação como um direito fundamental.
- É necessário garantir habitação que satisfaça a procura e as necessidades sociais.
- Não deve ser consagrado à habitação mais do que 30% do rendimento.
- É necessário estabelecer uma relação sólida entre o preço e a qualidade da habitação.
- A União Europeia deve insistir no equilíbrio entre os direitos dos proprietários e os direitos dos locatários, o que subentende contratos claros que atestam os direitos, os custos, etc. e que devem igualmente ser monitorizados, com um sistema de controlo e de aplicação de coimas.
- Os Governos devem intervir para ajudar as pessoas no depósito das garantias de arrendamento, as quais deveriam ser gradualmente reembolsadas.
- O sistema de tributação/imposto deve ser calculado sobre o aluguer real.
- O apoio efectivo e os serviços devem ser acessíveis para os que vivem em habitação social e para os sem abrigo. Os serviços devem ser adaptados às necessidades dos diferentes grupos, bem como transparentes e facilmente compreensíveis para os utentes.
- As medidas adoptadas devem ser postas em prática, financiadas e monitorizadas. Devem ser introduzidas sanções sempre que as políticas não são aplicadas;
- As pessoas afectadas pelas políticas de habitação devem ser envolvidas nas decisões que as afectam, a nível local.
- A União Europeia deve desenvolver normas, e concentrar a sua atenção nestas normas, dando-as a conhecer.



- Os Estados devem garantir uma determinada percentagem de casas de habitação social no mercado de arrendamento geral.
- A União Europeia deve adoptar a directiva sobre a Discriminação no acesso aos serviços, incluindo a habitação.
- As associações de terreno devem ser financiadas.

Recomendações

- O envolvimento das ONG e das pessoas directamente afectadas por problemas de habitação é essencial para satisfazer as necessidades reais dos sem abrigo e das pessoas com dificuldades de acesso à habitação.
- É fundamental afectar recursos para o *empowerment* das pessoas sem-abrigo e para apoiar as ONG que intervêm no domínio da habitação.
- É necessário desenvolver estratégias e Planos de Acção Nacionais para solucionar os problemas de habitação.
- A habitação e o fenómeno dos sem-abrigo deveriam constituir um enfoque para um ano temático europeu na estratégia de inclusão social.
- A existência de um parque de habitação social é determinante para o sucesso da estratégia em matéria de habitação.
- Os fundos estruturais deveriam dar um maior apoio no acesso à habitação economicamente acessível e sustentável.
- Os Estados-Membros deveriam fixar objectivos em termos de percentagem do rendimento que as pessoas têm que despendar para suportar os custos de uma casa.
- As políticas de impostos deveriam dissuadir a existência de casas desabitadas bem como a especulação imobiliária.
- A não discriminação em matéria de acesso à habitação é essencial e a legislação europeia nesta matéria deveria ser reforçada e a sua aplicação rigorosamente monitorizada.



Extractos do trabalho preparatório

Espanha, Portugal, Polónia, Noruega, Itália, Dinamarca, Eslovénia, Chipre, França, Reino Unido.

O que é que está a funcionar bem

- Foi efectuado um investimento na **formação profissional**; este investimento é visto pelos mais desfavorecidos como algo de muito importante para a obtenção de um emprego de qualidade e como algo que associa os direitos a condições satisfatórias de remuneração e de dignidade humana.
- Algumas políticas activas de emprego, especialmente programas de organismos responsáveis pelo emprego, tiveram bons resultados na integração profissional e social de pessoas desfavorecidas e contribuíram para o aumento da sua auto-estima.
- Algumas pessoas, que têm tido, ao longo dos anos, reuniões com trabalhadores sociais, notam **mudanças** na relação com estes mesmos trabalhadores. *“Quando nos encontramos num contexto diferente do de um pedido de ajuda, e falamos em conjunto sobre a rejeição da pobreza e a importância da dignidade de cada um, o relacionamento muda. Deixamos de ser vistos como problemas e passamos a ser considerados como seres humanos que falam das suas dificuldades.”* Certos trabalhadores sociais confirmam estas mudanças.
- Com o desenvolvimento das iniciativas e dos projectos das ONG, várias pessoas afirmam a existência de um aumento dos **meios capazes de reduzir pobreza**. Às vezes, os que utilizaram estes meios para sair da pobreza não compreendem que outros não o façam da

mesma maneira. Maioritariamente, é o apoio das ONG e não o dos serviços do Estado que as pessoas evocam positivamente.

- Uma lei de reforma (328/2000) sobre a integração dos serviços sociais aplica, de facto, o **princípio da participação** na concepção, gestão e acompanhamento da avaliação dos serviços sociais.
- Os serviços sociais desenvolveram ou estão a desenvolver uma Carta sobre os **direitos dos clientes**.
- Muitos trabalhadores sociais e funcionários estão profundamente envolvidos e acreditam no seu trabalho.
- As famílias monoparentais recebem ajudas adicionais. As famílias com rendimentos baixos e com crianças podem ter um acesso gratuito a creches, infantários, e a ATL's.
- Todas as acções sociais apoiadas por pessoas interessadas e envolvidas são bem sucedidas. Alguns interventores sociais podem recorrer ao trabalho em rede e em parceria como forma de ultrapassarem dificuldades ou falta de conhecimentos para gerirem/lidarem com certas situações.
- Há muitas iniciativas locais que funcionam bem mas têm poucos recursos.

O que é que não funciona

- Existe um enorme **défi**ce em matéria de serviços sociais, quer relativamente à satisfação das necessidades do país, quer ao nível da qualidade.
- Existem problemas no acesso a serviços de saúde de qualidade bem como atrasos relativos à obtenção de consultas em hospitais públicos. Estas dificuldades afectam particularmente as pessoas idosas, em situação de pobreza, e as



peçoas que têm necessidade de cuidados continuados.

- O **acesso a formação profissional** de qualidade, que garanta a obtenção de um emprego e de um salário de qualidade, não é assegurado: este é um dos maiores problemas para os jovens e para os trabalhadores que estão em situação de desemprego e para aqueles que têm mais de 40 anos. Persistem ainda grandes dificuldades em encontrar um emprego digno. A este problema acresce a deslocalização das grandes empresas e a falência de alguns sectores tradicionais da economia.
- A grande maioria dos utentes está insatisfeita com a **qualidade do contacto** com os trabalhadores dos serviços sociais, que mostram falta de compreensão para com as situações e são pouco flexíveis: *“Continuam a seguir religiosamente os procedimentos regulamentados.”* As pessoas são menos importantes do que a lei.
- Há questões sobre o financiamento dos projectos: *“Sabemos que há financiamento para projectos de luta contra a pobreza. Mas não se vê bem como é que isto é avaliado. Vê-se claramente que **não há continuidade**. Alguns Projectos terminam, outros começam. Às vezes o dinheiro chega com muito atraso e tem que ser gasto rapidamente. Quem acompanha este processo para garantir uma continuidade? Fica-se, às vezes, com a impressão de que os projectos são desenvolvidos de modo a que as entidades promotoras possam financiar as suas próprias actividades. Os projectos não trazem grandes contributos e o dinheiro é lançado pela janela.”*
- As leis e os regulamentos não são aplicados em

todos os locais da mesma maneira.

- As boas práticas são quase sempre baseadas em projectos e por conseguinte terminam com o fim destes.
- O financiamento dos projectos depende da boa vontade dos políticos/decisores e do dinheiro disponível no momento.
- A **fragmentação dos serviços sociais** torna muito difícil uma intervenção global.
- A burocracia é prejudicial à gestão dos processos, assim como o tempo excessivo dedicado a reuniões. Os trabalhadores sociais não têm tempo para lidarem com as pessoas de forma adequada.
- Os **utentes não podem aceder facilmente ao seu processo**. Os trabalhadores sociais não gostam que lhes ensinem como agir.
- Os serviços administrativos não assumem as suas responsabilidades (perda de documentos) e não há lugar para recurso no caso de erro administrativo o que pode ter consequências graves.

Comentários do Workshop

- *Os serviços sociais são vistos como serviços para os pobres o que os estigmatiza.*
- *As pessoas têm vergonha de recorrer aos serviços sociais.*
- *No nosso país é dada mais atenção à formação do que ao desempenho dos serviços sociais.*
- *Muitas pessoas têm direito aos serviços sociais mas não o sabem. Ser cidadão de pleno direito é saber onde nos podemos dirigir.*
- *As pessoas vulneráveis não são consideradas na sua globalidade.*
- *Os serviços sociais estão a ser privatizados e por conseguinte são orientados para o lucro.*



- *Os trabalhadores sociais não respeitam a dignidade das pessoas.*
- *No meu país, não há serviços sociais que me ajudem, sou obrigada a recorrer constantemente aos meus amigos ou à minha família.*
- *As mulheres são mais discriminadas nos serviços sociais.*
- *No meu país, os trabalhadores migrantes não têm acesso aos serviços sociais, trabalham como escravos, vivem em habitações precárias e os filhos não vão à escola.*
- *Os serviços sociais não são geralmente muito compreensivos. Quando recorro a estes serviços, tenho a sensação de que estão a pensar: “O que é que este está aqui a fazer? Ele não precisa de nós.” Pensam isto porque não sou dependente.*
- *A pobreza não é um problema individual. Os pobres não são a causa dos seus problemas. A pergunta a colocar não é saber porque determinada pessoa é pobre, mas como reduzir a pobreza.*
- *Os jovens entre os 18 e os 25 anos não têm direito ao rendimento mínimo. Não há, no entanto, uma idade para se ser pobre.*

Síntese

Os participantes do workshop acreditam que os serviços sociais são serviços básicos universais aos quais todas as pessoas devem ter acesso. Devem olhar a pessoa globalmente, ainda que esta tenha diferentes problemas. Isto requer que todos os serviços se articulem e trabalhem em rede. Esta abordagem deve respeitar o indivíduo.

Houve um consenso geral relativamente à dificuldade de acesso aos serviços sociais e à informação sobre os direitos. É importante que os

serviços sociais permaneçam da competência do Estado e que o seu acesso seja definido por leis. Do mesmo modo, devem ser suficientes em número e qualidade. Privatizar os serviços sociais significa submetê-los ao domínio económico e, por conseguinte, à rentabilidade em detrimento do próprio conceito de serviço.

Em certos Estados-Membros, os serviços sociais recorrem ao *empowerment*, o que parece ajudar a fortalecer as pessoas que recorrem a estes serviços. Uma boa prática é associar as ONG e os serviços públicos na gestão dos programas de segurança social. É, portanto importante envolver as pessoas em situação de pobreza nas políticas.

O problema essencial na organização dos serviços sociais é a burocracia. Os requerentes têm de apresentar muitos papéis para obter seja que serviço for. Para ter acesso aos serviços sociais, as pessoas sentem-se obrigadas a desempenhar um papel, a construir uma fachada. Além disso, é difícil enfrentar o que as outras pessoas, a família e os amigos pensam de nós porque recorremos aos serviços sociais. A ajuda oferecida por certos serviços é frequentemente acompanhada de um contrato o que coloca uma certa pressão nas pessoas, mas também as responsabiliza.

Alguns Estados têm uma descentralização das responsabilidades de assistência social. A ajuda social é devolvida ao governo local o que conduz a disparidades nos regulamentos. Além disso, a gestão da ajuda social é confiada cada vez mais às associações de voluntários.

A noção de direito está a evoluir, gradualmente, para a noção de assistência. Direitos que eram automaticamente garantidos estão a evoluir para



direitos que têm de ser merecidos. Para se aceder aos serviços sociais, há, cada vez mais, condições, contratos e sanções.

Propostas

- Os trabalhadores sociais devem ter uma formação contínua para poderem compreender as mentalidades das pessoas que pedem ajuda.
- As pessoas em situação de pobreza devem ser envolvidas na formação escolar dos futuros trabalhadores sociais para mudarem a imagem da pobreza junto dos futuros profissionais. Estas formações devem dar um destaque positivo e realista à inclusão.
- Os beneficiários devem ser informados sobre os procedimentos a seguir para submeterem um processo de candidatura.
- Deve ser criado o estatuto de interlocutor único para coordenar os diferentes serviços.
- Deve ser criado um serviço de mediação para gerir as disputas entre os beneficiários e os trabalhadores sociais no caso de conflito.
- A eficácia dos serviços pode ser melhorada através de um acompanhamento assegurado, conjuntamente, por um trabalhador social e um funcionário administrativo.
- O trabalhador social deve ter a capacidade de procurar a informação necessária para fazer o acompanhamento.

Recomendações

- O direito e o acesso a serviços sociais de qualidade devem ser garantidos.
- Os serviços sociais devem ser economicamente acessíveis, de qualidade e contínuos; devem ir ao encontro das verdadeiras necessidades das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social através de contextos de vida e de circunstâncias oscilantes.

- Cada pessoa tem direito a um tratamento igual e digno, e acesso aos serviços sociais sem discriminação.
- A informação e o aconselhamento devem estar disponíveis para todos e numa forma acessível para as pessoas de baixos rendimentos, designadamente, através de serviços locais.
- É urgente melhorar o acesso aos cuidados de saúde e à habitação de qualidade e economicamente acessível.
- Deveria ser criado um observatório europeu da saúde e da pobreza.
- A nova abordagem que consiste em estabelecer contratos entre utentes e prestadores de serviços sociais está a causar preocupação entre as pessoas em situação de pobreza. Devem ser tomadas medidas para garantir que estes contratos não são discriminatórios.
- A União Europeia deveria estabelecer normas de qualidade que assegurem que os Estados-Membros garantem serviços sociais de qualidade e acessíveis.
- Os Governos nacionais devem garantir que os serviços sociais trabalham bem e de acordo com as normas estabelecidas a nível europeu.
- Os serviços sociais devem ser coordenados, implantados e avaliados ao nível local.
- Para que os direitos humanos sejam respeitados é necessário que as pessoas em situação de pobreza sejam estruturalmente envolvidas, a todos os níveis, através de mecanismos de participação. Os modelos participativos de desenvolvimento e de implementação das políticas devem ser activamente promovidos e apoiados por mecanismos de financiamento europeu e nacional.

Serviços de interesse geral



Extractos do Trabalho Preparatório

Chipre, Finlândia, Reino Unido, Bulgária, Bélgica

O que é que está a funcionar bem

- A Companhia de Gás criou um fundo de ajuda para as pessoas com baixos rendimentos mas este apoio é pouco conhecido.
- Um fornecedor de energia garante o fornecimento mínimo para clientes com baixos rendimentos.
- O Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais ajuda as pessoas com baixos rendimentos nas suas despesas com aquecimento durante os meses de Inverno.
- Foi estabelecida uma tarifa social.
- Existe um sistema de contagem com cartão pré-pagamento.
- Há um serviço mínimo que garante o fornecimento gratuito de 100 KWh.
- Não são permitidos cortes de energia durante os meses de Inverno.

O que não funciona

- O preço da electricidade é elevado e absorve uma boa parte do rendimento das pessoas.
- O preço da água não é elevado mas há escassez da mesma, o que leva as pessoas a comprarem água importada, criando-se, assim, um desequilíbrio.
- Os serviços de interesse geral foram reformados. Os resultados são desastrosos. As pessoas têm que diminuir o seu consumo ou são mesmo excluídas do sistema.
- Não existe sistema de controlo e acompanhamento para responsabilizar os prestadores de serviços.
- Os serviços de interesse geral geram pobreza.

- Os clientes têm pouca informação para comparar e escolher os fornecedores.
- Algumas empresas exigem o pagamento de uma garantia que muitas pessoas não podem pagar.
- Alguns arrendatários não possuem contadores individuais.
- As facturas nem sempre são inteligíveis.
- A tarifa social não é automática, é necessário requerê-la, o que exige muitas diligências administrativas.
- Muitas pessoas com baixos rendimentos não têm acesso ao estatuto de cliente protegido.
- Para beneficiar de um contador pré-pago, é necessário fazer o pedido. Estes contadores não podem ser colocados provisoriamente.
- As dificuldades de pagamento conduzem às vezes ao sobreendividamento.
- Os imigrantes em situação ilegal não podem pedir contadores de gás/electricidade.

Comentários do Workshop

- *Existem declarações de intenção do governo em matéria de gestão dos serviços de interesse geral mas, na realidade, as más práticas produzem resultados preocupantes.*
- *Os serviços de fornecimento de energia estão cada vez mais nas mãos do sector privado.*
- *A qualidade dos serviços está a diminuir.*
- *Os que não podem pagar não têm acesso aos serviços.*
- *Há água suficiente no meu país, então porque é que é tão cara?*
- *Como é que se pode controlar o que gastamos quando os contadores de electricidade são colocados a 12 metros de altura?*



- *As populações ciganas que vivem em acampamentos não têm acesso a água. São obrigadas a viver em condições medievais. As crianças estudam à noite, à luz da vela.*
- *Os advogados têm medo de defender as pessoas contra as grandes empresas.*
- *Às vezes, é necessário pagar uma garantia de 800 euros; uma pessoa pobre não pode pagar esta quantia.*
- *O tecto do rendimento para se beneficiar de assistência social é demasiado alto.*
- *Os representantes/vendedores das empresas de energia andam frequentemente de porta em porta, nos bairros mais desfavorecidos a tentar renegociar contratos. Assina-se o contrato que nos propõem, mas os preços acabam por não ser mais baixos do que os anteriores e o novo contrato não anula o precedente acabando por se ser confrontado com duas facturas ao fim do mês.*
- *As pessoas que se encontram em grandes dificuldades podem requerer a colocação de um contador já pago. A energia utilizada paga-se através de um cartão de pré-pagamento.*

Síntese

Os participantes no workshop concluíram que a privatização do mercado da energia não diminuiu os custos, antes pelo contrário aumentou-os. As pessoas em situação de pobreza devem, por conseguinte, escolher entre alimentar-se, tratar-se ou terem energia/electricidade.

A gestão das sociedades prestadoras de serviços é pouco transparente. As facturas são por vezes exorbitantes sem possibilidade de controlo.

As práticas de venda são muitas vezes agressivas e as pessoas vêem-se, com frequência, confrontadas

com duas facturas para pagar no final do mês porque o novo fornecedor não notifica o antigo da existência de um novo contrato. É o cliente que tem de cancelar o contrato anterior, mas as pessoas nem sempre têm consciência disso.

O mercado do gás e da electricidade deve ser regulamentado. A privatização em si não explica o aumento dos custos. Os Estados têm alguma responsabilidade na falta de regulação do mercado ou ainda por não desenvolverem políticas para proteger os mais necessitados. A concorrência entre empresas, em certos Estados, é uma falsa concorrência e o consumidor não é protegido. Os preços aumentam mas a qualidade do serviço está a diminuir.

O acesso aos serviços de interesse geral é um direito fundamental.

Os problemas actuais de fornecimento de energia e água afectam toda a gente, mas são as pessoas em situação de pobreza que são as mais afectadas pela liberalização. Estas pessoas vivem frequentemente em habitações com fraco isolamento térmico, o que leva a um aumento de consumo. A habitação social deveria ter melhor isolamento térmico. Além disso, o rendimento mínimo ou determinados subsídios não permitem viver mas apenas sobreviver. A instauração de uma tarifa social é menos estigmatizante do que um contador com pré-pagamento.

Propostas

- É necessário encontrar as pessoas responsáveis por esta privatização injustificada.



- É necessário criar um órgão com representantes de ambas as partes: clientes e proprietários.
- Os clientes devem ser melhor informados.
- Deve ser um organismo independente a controlar os prestadores de serviços.
- A legislação deve ser alterada.
- É necessário levar a cabo uma reflexão em torno da criação de um pacote mínimo de fornecimento de energia.
- O direito à energia é um direito social fundamental.
- É necessário efectuar uma avaliação permanente e alargada sobre a liberalização do mercado da energia.
- A redacção da Carta Europeia que visa proteger os direitos dos consumidores de energia deve ser terminada e deve ser seguida de uma directiva.
- A implementação de um serviço público de obrigações deve ter um carácter obrigatório.
- Devem ser adoptadas medidas de forma a que não mais do que 5% do rendimento das famílias seja utilizado para o pagamento das despesas de energia, tendo em conta os seguintes elementos:
 - Assegurar o acompanhamento e o controlo dos preços;
 - Propor um sistema de IVA no qual o serviço básico de energia é taxado segundo a tarifa mais baixa criada pelos Estados-Membros;
 - Simplificação administrativa;
 - Regular preços sociais máximos para os grupos de baixos rendimentos.
 - Adopção de medidas para limitar o consumo de energia.

- Deve existir um sistema regulador em matéria das práticas de venda.
- Deve ser criado um serviço de mediação.

Recomendações

- O acesso à energia e a outros serviços básicos deve ser garantido como um direito fundamental.
- Os Estados-Membros deveriam garantir serviços essenciais acessíveis através de sistemas de regulação dos preços, garantir o acesso a um pacote de fornecimento mínimo e proibir os cortes de energia.
- A Carta Europeia dos Consumidores de Energia, actualmente em preparação, deve incluir normas sociais e ser legalmente vinculativa. A Carta deve constituir um instrumento de protecção do consumidor.
- A pobreza energética deve ser reconhecida como um problema essencial sobre o qual a União Europeia deve tomar medidas concertadas e urgentes, particularmente num contexto de aumento do preço da energia. Isto deveria incorporar uma acção sobre preços justos e eficácia energética e deve estar ligado a um rendimento mínimo adequado.
- Deve ser facilitada informação inteligível e acessível através de serviços personalizados em vez de meios electrónicos que são discriminatórios para as pessoas com baixos rendimentos; é igualmente necessário, um serviço gratuito e independente de aconselhamento bem como procedimentos eficazes para apresentar reclamações.
- O efeito da liberalização dos mercados, incluindo o impacto da Directiva dos Serviços, deve ser avaliado o mais rapidamente possível



nas suas repercussões sociais sobre as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social.

- As pessoas em situação de pobreza devem ser implicadas no desenvolvimento, implementação e avaliação das políticas relacionadas com os

serviços de interesse geral se desejarmos realizar uma verdadeira avaliação sobre como estes serviços, bem como o funcionamento do mercado interno, contribuem para a exclusão social.

Relatório dos workshops - Comentários e debate



Em sessão plenária, cada workshop apresentou as recomendações (apresentadas no capítulo anterior) tendo suscitado comentários e respostas por parte de um painel composto por Jérôme Vignon da Comissão Europeia, de Ludo Horemans, Presidente de EAPN e de Elise Willame, Presidente do Comité de Protecção Social.

Adicionalmente às recomendações sobre os quatro temas debatidos, muitos delegados pediram igualmente a criação de instrumentos de avaliação de forma a medir os progressos entre cada Encontro. Embora reconheçam que a participação das pessoas em situação de pobreza e o desenvolvimento de acções efectivas são processos longos e demorados, insistem que deveria haver critérios objectivos para avaliar os Encontros para que cada novo Encontro possa aferir os progressos alcançados em matéria de luta contra a pobreza.

Os delegados sublinharam, igualmente, a necessidade de uma avaliação de impacto da Estratégia de Inclusão Social no âmbito da preparação do ano 2010, Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Jérôme Vignon respondeu ao apelo de verificação dos progressos alcançados entre os Encontros. Embora referisse que todas as partes implicadas poderiam fazer um maior esforço para responder a este pedido, recomendou prudência pois isso pode tornar-se numa rotina, num mero exercício. Relatórios importantes, como o Relatório Conjunto sobre a Pobreza e a Exclusão Social já existem e devemos considerar estes instrumentos como um meio de avaliar o impacto e o seguimento dado às recomendações procedentes dos Encontros. É, igualmente, necessário ver que as propostas da

Comissão, como a proposta sobre Inclusão Activa, são em parte uma resposta às mensagens dos Encontros. Devemos evitar mais documentos; no entanto, dever-se-á verificar se os resultados dos Encontros são tidos em conta no trabalho chave da Comissão.

Sobre a questão da **solidariedade**, J. Vignon reconheceu que para que o rendimento mínimo seja eficaz ele tem de ser suficiente e há muitas pessoas que não têm acesso a este benefício. Relativamente aos serviços sociais há também um problema de redistribuição nacional. No entanto, no actual contexto de rigor financeiro, a mensagem da solidariedade deve ser entendida e transversal. A relação entre oportunidades, acesso e solidariedade tem sido considerada pela Comissão na preparação da próxima agenda europeia de política social.

No que diz respeito aos contratos que os delegados encaram como uma série de condições impostas antes de beneficiar da assistência social, Jérôme Vignon referiu que isto era uma questão de responsabilidade pessoal. Poderia ser feita uma reflexão com o Comité de Protecção Social para conjugar responsabilidade e liberdade.

No que respeita à **capacidade de apresentar ideias inovadoras**, J. Vignon recorda que a participação foi um requisito para a preparação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão. É aí que a “caixa de sugestões” deve ser estabelecida e onde as ideias emergentes deste Encontro devem fazer eco.

A União Europeia tem pouca influência em matéria de **habitação e energia**, referiu Jérôme Vignon. No entanto, pode influenciar indirectamente as políticas



nestes domínios. Assim, as reivindicações nesta matéria podem ser levadas a outras Direcções-gerais e não tanto à Direcção-geral dos Assuntos sociais.

Para Ludo Horemans, Presidente da EAPN, a primeira coisa que emerge dos debates é a necessidade básica de garantia dos direitos. É necessário reconhecer que foram realizados esforços para colocar o rendimento mínimo na agenda europeia. Actualmente, ainda há Estados-Membros que não têm um esquema de rendimento mínimo e noutros Estados os mecanismos são inadequados. A importância de um sistema de rendimento mínimo eficaz e adequado deve ser considerado como um investimento essencial.

«A estratégia europeia de inclusão social realçou a questão da pobreza infantil», acrescentou Ludo Horemans. «Precisamos imediatamente de acções que se certifiquem que a atenção dada a este objectivo pode gerar resultados positivos. É necessário intervir o mais depressa possível para quebrar o círculo vicioso da pobreza».

O pilar social tornou-se um pilar separado da Estratégia de Lisboa. Esta é a realidade apesar das “palavras sonantes” das Conclusões do Conselho. Se queremos atingir progressos reais, a vertente social deve estar em pé de igualdade com a vertente económica. Os esforços realizados no âmbito do Método Aberto de Coordenação devem ser associados às decisões e às orientações políticas da Estratégia de Lisboa.

Existe uma diferença entre contrato económico e contrato social. Muito frequentemente, o fornecimento de serviços essenciais está

dependente de um contrato económico, o que nem sempre vai ao encontro das necessidades que as pessoas em situação de pobreza têm destes serviços. Devemos debater ainda mais, o impacto da liberalização e o acesso aos serviços de interesse geral para as pessoas em situação de pobreza. L. Horemans concluiu que a consulta e o diálogo são importantes para fazer progressos.

Elise Willame, Presidente do Comité de Protecção Social, referiu que este Comité está actualmente a trabalhar na inclusão activa, a qual agrupa três temas: o rendimento mínimo, os serviços sociais e a activação. As reivindicações expressas por este Encontro estão claramente ligadas a este debate sobre a inclusão activa. Como Presidente do Comité de Protecção social, E. Willame tenta garantir que este órgão tem em conta as mensagens dos Encontros. Incentiva os delegados a prosseguir o diálogo com os seus representantes nacionais no Comité de Protecção Social sobre as suas ideias em matéria de inclusão activa. Constatou igualmente, que as mensagens dos Encontros surgem num momento oportuno relativamente à preparação dos Planos Nacionais de Acção 2008-2011 e que é importante que os delegados façam um *follow up* das suas mensagens junto da entidade nacional responsável pela preparação destes Planos.

Debate

As reacções dos delegados a estes comentários foram múltiplas. A questão foi enfatizada com a expressão: as pessoas “enterram-se” na pobreza.

Houve ainda uma expressão de execração perante a violência contra as comunidades ciganas em



Itália, ilustrada pelos acampamentos incendiados por grupos de jovens, em Nápoles. Para os delegados estes acontecimentos são sintomáticos da ausência de uma política social forte. A delegação italiana apelou a que a Europa levasse a cabo estratégias junto do governo italiano e denunciasse esta situação.

A situação das pessoas que sofrem de doenças raras, nomeadamente em Malta, foi igualmente objecto de preocupação. Um delegado lembrou que o rendimento mínimo não é suficiente para pagar as despesas mínimas. Nas pequenas aldeias, ainda que as pessoas queiram trabalhar o seu esforço não surte grandes efeitos. Outro delegado expressou vigorosamente que a água não é propriedade privada. O acesso à electricidade e ao gás deve ser garantido e fornecido pelo Estado.

Outras reacções mencionaram os problemas que as ONG têm em obter financiamento europeu. Este deveria ser canalizado directamente para as organizações. Uma pergunta recorrente foi: “por que é que a Europa não tem mais responsabilidade para garantir que os Estados-Membros dispõem de uma política de habitação adequada?”

Alguns comentários tiveram reacções imediatas: “as palavras bonitas sobre solidariedade estão a tornar-se cada vez mais vazias, a não ser que a Comissão estabeleça etapas efectivas para garantir um elevado nível de protecção social em cada Estado-Membro, fixando normas e montantes mínimos.” Surgiu a seguinte reivindicação: “A União Europeia deve dar visibilidade ao trabalho que realiza na luta contra a pobreza e a exclusão social.” Isto foi seguido de algum questionamento quanto ao êxito da Estratégia de Lisboa “dado que ainda há tanta injustiça na Europa”.



Vladimir Špidla, *Comissário Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades*

Os debates que tiveram lugar durante estes dois dias mostram que a pobreza permanece um fenómeno generalizado na União Europeia, o que nos revolta e nos leva a mobilizar para o fazer regredir.

Vivemos nos chamados países “prósperos”, numa União Europeia que faz parte do mundo industrializado e desenvolvido, com um PIB *per capita* acima dos 23 000 euros¹. No entanto, a União Europeia é ainda confrontada com um significativo nível de pobreza. É inaceitável que a ameaça da pobreza paire sobre 78 milhões de pessoas na UE, tendo em conta o facto de haver indivíduos que se debatem contra a exclusão e a marginalização na nossa sociedade.

A solidariedade é um princípio chave da União Europeia. Faz parte da sua razão de existir assim como a solidariedade é um dos pilares do Modelo Social Europeu. Não temos outra escolha que não seja a de continuar a avançar para uma Europa mais igualitária, que não deixa ninguém de lado. Deste modo, estaremos igualmente a trabalhar no sentido das prioridades definidas pela Estratégia de Lisboa, para um maior crescimento, para mais empregos e uma maior coesão social.

Os líderes europeus assumiram, em 2000, o compromisso de combater a pobreza, comprometendo-se a erradicar este flagelo até 2010.

O Comissário Špidla reforçou 3 pontos:

- O primeiro é a **necessidade de todos se envolverem** na luta contra a pobreza e os decisores políticos terem em conta a opinião de todos, especialmente as pessoas que são afectadas pela pobreza;
- O segundo é a **acção da União** para apoiar os Estados-Membros de modo a que avancemos na mesma direcção para fazer recuar a pobreza;
- Por último, destacou **os grupos mais desfavorecidos** que são os mais afectados pela pobreza.

Estamos aqui reunidos naquele que é o sétimo Encontro Europeu. Os anos passam, mas temos conseguido manter o vigor da nossa mensagem: as pessoas em situação de pobreza têm direito a serem ouvidas!

O primeiro destes encontros, em 2001, deu voz àqueles que geralmente não são ouvidos, simbolizando um grande passo. Nos últimos três anos, enriquecemos esta abordagem com o diálogo entre as pessoas em situação de pobreza e os decisores políticos da União Europeia. Decorridos sete anos, fizemos desta prática um dos instrumentos que guia as decisões tomadas. Devo dizer, enquanto decisor político, que valorizo muito este diálogo com as pessoas em situação de pobreza. Esta chamada à realidade é vital. É precisamente por isto que nos encontramos aqui hoje: de modo que as instâncias decisoras, aquelas que podem inclinar a balança para reduzir a pobreza, possam ouvir o que as pessoas implicadas têm a dizer.

¹ Dados de 2005. Fonte: Eurostat.



Ao longo dos anos, os Encontros confortaram-nos com a ideia de que é necessário combater a pobreza em várias frentes ao mesmo tempo. O emprego e o rendimento constituem questões centrais, todos concordamos nesse aspecto; mas para sair da pobreza, devemos conjugar estes esforços com políticas coordenadas em matéria de educação e de formação, habitação, cuidados de saúde, de acesso aos serviços sociais, e mais globalmente de integração.

A este respeito, penso que todos pudemos constatar que os organizadores fizeram a escolha certa centrando-se em quatro peças do puzzle da luta contra a pobreza que são a habitação, o rendimento mínimo, os serviços de interesse geral e os serviços sociais.

O que é que a União Europeia está a fazer contra a pobreza

As expectativas quanto à acção da União Europeia são enormes e não devemos defraudá-las. Os Estados-Membros continuam a ser os principais responsáveis pela luta contra a pobreza, mas a União Europeia tem um papel importante a desempenhar: apoiar e acompanhar as suas acções.

Devemos utilizar plenamente os nossos instrumentos neste combate:

- Primeiro, a Estratégia de Inclusão Activa que temos de implementar permite-nos progredir em matéria de integração das pessoas que se encontram mais afastadas do Mercado de trabalho. Para tal, recorreremos ao Fundo Social Europeu;

- A União Europeia encoraja também os esforços dos Estados-Membros, coordenando a sua acção de combate à pobreza através do chamado Método Aberto de Coordenação; este método oferece aos Estados-Membros um quadro de análise comum e uma plataforma para intercâmbios para comparar e avaliar os resultados das políticas;
- A Comissão europeia decidiu igualmente fazer de 2010 o “Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social”; com um orçamento de dezassete milhões de euros, este ano europeu permitirá aumentar a sensibilização dos cidadãos sobre o facto da pobreza ser uma calamidade que ainda afecta o quotidiano de numerosos Europeus.

Estes instrumentos permitem-nos hoje abordar o fenómeno da pobreza. Mas a nossa sociedade é confrontada por enormes desafios que mostram novas realidades sociais. Refiro-me à globalização, ao envelhecimento demográfico, às novas tecnologias e às mudanças climáticas.

A União Europeia tem de reagir. A Comissão tomou a iniciativa: estamos a preparar uma nova Agenda Social, que será apresentada antes do Verão. Esta agenda terá como objectivo contribuir para dar aos nossos cidadãos os instrumentos adequados para uma integração sólida e duradoura no nosso mundo globalizado e em constante mudança.

Enfoque nos grupos mais vulneráveis

É essencial que este impulso global não deixe ninguém de fora. Alguns grupos – como as pessoas com deficiência, imigrantes e minorias étnicas,



começando pela comunidade cigana – estão mais expostos à pobreza do que outros.

Estes grupos são a prioridade da nossa acção através de uma tripla abordagem para combater a discriminação de que são vítimas:

- Primeiro, através de melhor acesso aos serviços;
- Segundo, através do respeito da legislação anti-discriminação que devemos submeter a uma revisão constante e apertada;
- Por último, quando necessário, através de métodos orientados; este é o caso, por exemplo, da comunidade cigana, para quem a pobreza é um fenómeno endémico e prevalente (especialmente entre as mulheres ciganas); a Comissão publicará também até ao final de Junho um relatório sobre os instrumentos comunitários para promover a inclusão das comunidades ciganas no âmbito da Agenda Social renovada.

Conclusão

Devemos estar plenamente conscientes de que, apesar da nossa prosperidade relativa, a União Europeia não está em condições de oferecer uma garantia absoluta contra a pobreza.

Se queremos ser bem sucedidos e fazer recuar significativamente a pobreza, então teremos de lançar um combate massivo a este fenómeno persistente e com todos os meios disponíveis. Todos os Estados-Membros devem fazer disso uma

prioridade e devemos avançar na mesma direcção para obter bons resultados.

A União Europeia continuará a desempenhar o seu papel perante este desafio. A Agenda Social renovada que o Comissário Špidla apresentará dentro de algumas semanas permitirá dar um grande passo adicional nesta direcção e concretizar mais ainda a nossa vontade de combater este flagelo.

Romana TOMC, *Secretária de Estado, Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia*

Este Encontro, provavelmente, não teria sido possível sem os esforços e as acções da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN). Gostaria de expressar os meus agradecimentos, em especial a Fintan Farrell, Director de EAPN, e à sua equipa.

Queria igualmente expressar os meus mais sinceros agradecimentos à Comissão Europeia, ao Comissário Vladimir Špidla bem como a Jérôme Vignon e aos representantes do Governo Belga que nos cedeu o local para este Encontro.

Todos os presentes trabalharam muito. Trocaram experiências, procuraram respostas e novas soluções para melhorar as vossas condições sociais; expressaram também as vossas opiniões, os vossos criticismos no que diz respeito a determinadas acções empreendidas pelos Estados-Membros com base nos Planos Nacionais de Acção de luta contra a pobreza e a exclusão social.



Tivemos a oportunidade de discutir estas questões em workshops e no “mercado de trabalho” e de debater os assuntos directamente com as pessoas afectadas. Para mim, foi uma experiência muito positiva.

Na Eslovénia, estamos conscientes de que o problema da pobreza e da exclusão social deve ser abordado de maneira séria e responsável. Apesar das nossas estatísticas relativamente favoráveis em comparação com outras médias nacionais, estamos, no entanto, convictos de que a posição das pessoas em situação de pobreza representa um desafio permanente. Mais do que isso: em causa estão também os esforços e acções dos *stakeholders* competentes e dos decisores políticos que estão por detrás das estratégias e das medidas específicas que têm um impacto na vida e no trabalho de cada membro da nossa sociedade, e, em particular, nos grupos e indivíduos mais vulneráveis. É com alguma frequência que responsabilizamos a globalização, os progressos técnicos, o envelhecimento da população pelo progresso lento no cumprimento dos nossos objectivos. Em parte, talvez seja verdadeiro. Em qualquer caso, perante o debate, que decorreu durante estes dois dias, chego à conclusão de que uma grande parte do trabalho pode ser realizado através da melhoria das nossas políticas e da mudança das nossas práticas.

O Encontro deste ano centrou-se em quatro temas associados à luta contra a pobreza: os serviços sociais, os serviços de interesse geral, a política de habitação e do rendimento mínimo.

Estou convencida de que poderemos incorporar as conclusões das vossas discussões destes dois dias nas políticas e nas estratégias futuras da luta contra

a pobreza e a exclusão social.

Nas recentes discussões sobre a Agenda Social renovada, temos estado cada vez mais conscientes de que os objectivos sociais devem ser incorporados em todas as políticas da UE. Temos que criar **oportunidades** para um óptimo desenvolvimento do potencial do indivíduo em todas as etapas da vida. Precisamos de facilitar o **acesso** à educação, aos cuidados de saúde de qualidade, à protecção social e aos serviços de interesse geral. Para terminar, temos igualmente necessidade de **solidariedade**: para os indivíduos, quando não conseguem responsabilizar-se por si próprios, e para a sociedade no seu todo, continuamente, de forma a existir e a desenvolver-se.

No final deste Encontro, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que participaram activamente nos workshops de forma a contribuir para um melhor nível de vida e para a dignidade das pessoas em situação de pobreza.

Martin HIRSCH, *Alto-comissário para a Solidariedade Activa contra a Pobreza, França*

Gostaria de retomar uma questão que surgiu, anteriormente, sobre o rendimento. É impossível uma vida digna sem um rendimento mínimo! Em França, o rendimento mínimo foi criado há 20 anos, e hoje constatamos que o número de beneficiários é 3 vezes superior ao esperado. Para estes beneficiários, a vida continua a ser difícil e quando têm acesso ao mercado de trabalho o seu rendimento continua a ser sensivelmente idêntico ao montante desta prestação; mesmo assim têm de fazer face a despesas suplementares como a



guarda das crianças e o transporte. Até os centros de emprego não comecem a incluir os beneficiários do rendimento mínimo – porque para requerer este benefício não é necessário estar inscrito como desempregado em procura activa de emprego – continuaremos a perpetuar o círculo vicioso da pobreza. Os centros de emprego existem para integrar as pessoas no mercado do trabalho, não o fazem porque os beneficiários do rendimento mínimo não podem estar a receber este rendimento *ad eternum*.

Como podemos alterar a situação e passar de um sistema de rendimento mínimo para algo que não é a melhor solução? Como é que transformamos o rendimento mínimo em algo que conduz a um salário mínimo no mercado de trabalho? Enquanto não resolvermos este problema, não poderemos aumentar o rendimento mínimo; há demasiadas pessoas que beneficiam desta prestação e num contexto de orçamento limitado, há que tentar reduzir o número de requerentes do rendimento mínimo para que este possa aumentar.

O desafio é mais complexo porque há dois tipos de Estados-Membros: os que têm um rendimento mínimo e os que não têm. E mesmo para os que têm um sistema de rendimento mínimo, este sistema deverá ser reavaliado se queremos menos pobres na União Europeia e se queremos reintegrar as pessoas na sociedade.

Com a Comissão e a Presidência Europeia, devemos apoiar objectivos relevantes e pedir também às pessoas em situação de pobreza que se juntem a nós: porque serão vocês que atingirão esses objectivos. Devemos também assegurar que o trabalho e a solidariedade andem “de mãos

dadas” e não constituam forças opostas. Devemos ainda olhar para as boas práticas, as que funcionam e tentar reproduzi-las à escala europeia. Algo que foi implementado com sucesso por um grupo de cidadãos, poderia ser multiplicado para centenas de outras pessoas na Europa. Este Encontro e os seguintes serão o lugar onde “tomaremos o pulso” do que foi feito e também o lugar onde efectuaremos projecções para melhorar a situação no futuro.

Marian HOSEK, *Ministro-Adjunto da Política Social, dos Serviços Sociais e da Política da Família, Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa*

Em primeiro lugar, em nome da futura Presidência Checa do Conselho da UE, permitam-me agradecer à Presidência Eslovena, à EAPN e à Comissão Europeia pela oportunidade que me é dada de tomar a palavra neste 7º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza. Gostaria de expressar a minha admiração à Presidência Eslovena pela brilhante organização deste evento.

Estes Encontros Europeus constituem uma oportunidade única de debater com as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social, com os que os ajudam a superar as suas dificuldades bem como com os que tentam vencer estas dificuldades diárias através da tomada de decisões políticas. Pessoalmente, a minha participação nestes dois dias do Encontro constituiu uma experiência inestimável. Ao longo de todo o Encontro, escutei cuidadosamente os vossos problemas para encontrar um trabalho que vos possa sustentar, para fazer face aos problemas de habitação, de educação e actividades de tempos livres para os



vossos filhos.

Poderia continuar a longa lista de preocupações. É alarmante que ainda haja mais de 78 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza na Europa. E entre este número, 19 milhões são crianças. Um sistema de protecção social eficaz bem como políticas de prevenção podem contribuir para ajudar estas pessoas. Aos níveis do Estado e da administração pública, é necessário ultrapassar a compartimentação que continua a persistir nas políticas e instrumentos relativos à pobreza. Deve ser encontrada uma combinação adequada das políticas, centrada simultaneamente na prevenção e no incentivo ao exercício de uma actividade económica em vez de se depender de subsídios. A nível Europeu, o diálogo sobre os problemas de pobreza e de exclusão social e o apoio a uma cooperação entre os Estados-Membros sobre o intercâmbio de políticas testadas constituem instrumentos essenciais.

Em 2007, à pergunta “de que têm medo os Europeus?” um terço das pessoas interrogadas respondeu: “do desemprego”. A criminalidade, os cuidados de saúde, o aumento dos preços, a imigração, a reforma e as pensões suscitaram igualmente receios. A boa notícia foi que as pessoas estavam menos assustadas com o desemprego do que em anos precedentes. O emprego, a mobilidade no mercado de trabalho, o envolvimento activo das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho constituíram prioridades para as três presidências sucessivas – da França, da República Checa e da Suécia.

Durante a sua presidência, a República Checa prosseguirá uma política de serviços sociais em

termos de inclusão activa, em paralelo com políticas centradas na integração no mercado de trabalho e na garantia de um rendimento mínimo. Em relação ao envelhecimento demográfico, a importância e o potencial dos serviços sociais aumentarão.

Os serviços sociais, particularmente os serviços de prevenção têm de reforçar as competências daqueles que os utilizam, conduzindo à inclusão social. Fornecem um apoio essencial que permite às pessoas manterem a sua dignidade e participarem nas mesmas actividades sociais que as outras pessoas. Na República Checa, estamos a levar a cabo uma reforma dos serviços sociais que visa a criação de um sistema de serviços sociais que responda às necessidades humanas e ao desenvolvimento social. Estamos atentos para que as decisões sobre a prestação de serviços sejam tomadas mais próximas das pessoas, ou seja a nível local, onde as pessoas vivem. Durante a nossa presidência da União Europeia, temos como meta dar a conhecer os progressos alcançados na qualidade e no acesso aos serviços sociais.

A luta contra a pobreza e a exclusão social constituem o nosso objectivo comum e deve ser visível. Por esta razão, as próximas três presidências tentarão finalizar a preparação do ano de 2010, declarado como o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, para uma decisão do Conselho Europeu e do Parlamento.

Para concluir, gostaria de assinalar a importância deste Encontro e convidá-los para participarem no 8º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza que terá lugar em Bruxelas em 2009, e será organizado no âmbito da Presidência Checa.



Ludo Horemans, *Presidente da EAPN*

Gostaria de retornar à intervenção do Comissário Špidla, a propósito do compromisso assumido em 2000 pelos chefes de Estado e de Governos de produzirem “um impacto decisivo na erradicação da pobreza” até 2010. Estamos a dois terços do termo anunciado para este objectivo e preparamo-nos para o avaliar, mas sabemos de antemão que o seu impacto não será tão decisivo quanto o desejado. Mesmo as estatísticas, que podem às vezes distorcer a realidade, mostram que os progressos são diminutos.

2010 será o Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e ao mesmo tempo o término da Estratégia de Lisboa. Será uma oportunidade de efectuar, simultaneamente, uma avaliação dos pilares económico e social desta estratégia. Será o momento de obter um novo compromisso dos chefes de Estado e de Governos com metas e objectivos mais claros para podermos verificar que progressos foram realizados de ano para ano.

Antes de fazerem novas promessas, gostaria que as instituições europeias (Comissão, Conselho e Parlamento) se comprometam a realizar uma avaliação séria, aprofundada e alargada do período precedente. Gostaríamos de insistir, e somos firmes nesta matéria, que a avaliação da Estratégia de Lisboa não deve fazer-se unicamente pelos parceiros económicos mas mais amplamente, por todos os actores implicados nesta avaliação incluindo as pessoas em situação de pobreza.

Espero que a Agenda Social renovada, em fase de preparação, proporcione a oportunidade e crie o espaço para poder empreender-se tal avaliação com todos os actores.

Não coloco todas estas expectativas unicamente nas instituições europeias. Penso que todos nós enquanto delegações deste Encontro Europeu devemos também insistir junto dos nossos próprios governos de modo a obter uma avaliação alargada bem como um novo compromisso para o futuro.

Lista de Participantes



Delegados

Áustria

HLAWATY Waltraud	Strassenzeitung Augustin
GNAHORE Christiane	International Centre for Black Women's Perspektive
ZEHENER Gabriele	Strassenzeitung Kupfermuckn
GACH Peter	SHG fMisl
SCHÜTTE Michael	Strassenzeitung Augustin

Bélgica

MEULEMAN Daniël	T'Hope Roeselaere
ROSIERS Paul	Recht Op Borgerhout
KONTSYBOVSKY Anatole	Marche-En Famenne
DRAYE Solange	gadl
EL OUARRAK Fouad	Comité de la Samaritaine, Bruxelles

Bulgária

JELIAZKOVA Maria	EAPN Bulgária
PAVLOVA Ekaterina	Parliament Roma
BLAGOEV Simeon	Parliament Roma
GEORGIEV Petar	Parliament Roma
PARASKOVA Silvia	EAPN Bulgária

República Checa

TURONOVA Renata	Kofoedova skola
SOTKOVSKA Lenka	Kofoedova skola
MITREGOVA Dana	Kofoedova skola
MAROSZ Karel	Kofoedova skola
HEBNAROVA Danuta	Kofoedova skola

Chipre

KAZANTZIS Ninetta	EAPN Chipre
APOSTOLIDOU Efrosini	
STAVROU Georgios	
MIKELLIS Michalakis	

Dinamarca

VEJBO Dorthe	Kofoedskole
HOLMGREM René	SAND



GOURDE DAVIES Jeanine	Kofoedskole
KÜNKELS Gitte	Kofoedskole
BAY France Annalise	SAND

Finlândia

MIKKONEN Juha	Association for Healthy Lifestyles - EAPN Finlândia
PARKKONEN Jouni	
LEVO Harri	Rovaniemi arear unemployed association
KARHU Heikki	Ass. For unemployed in Nurmijärvi district
VALKAMA Satu	

França

OGER Aymeric	Ile de France
JACQUES Marc	Armée du Salut Marseille
NICOLOSI Tiziano	
BRELIN Bruno	CHRS Le Château
GRIVA Jean-Philippe	

Alemanha

SCHMIEDL Robert	ver.di.Regionserwerbslosenausshus Göttingen
SCHMIDT Dorothee	Verb.alleinerziehendr Mütter und Väter Kreisverband Mettmann e.V
SCHRÖTTER Jens E	Institut für Angewandte Armut
KADIOFSKY Peter	Hilfe im Nordend
BIEHN Erika	EAPN Alemanha
JECKEL Wolfgang	

Grécia

PAPAGIANNOGLOU Lisa	EAPN Grécia
SIDIROPOULOS Odysseas	ARGO
GIANNOULA Magga	Rom Organisation for Women
MARINAKI Litsa	Centre for Family and Child
SARANTOPOULOU Korina	Ariadni

Hungria

GOSZTONYI Geza	EAPN Hungria
CSIKINE PUPORKA Andrea	EAPN Hungria
BIRI Imre	EAPN Hungria
DUKA Andrea Ariann	EAPN Hungria
SZARVAK Eva	EAPN Hungria



Irlanda

LYNCH Kay	EAPN Irlanda
MBUGUA Salome	African Women's Network
SHINE Billy	Athlone Simon
MACKIE Michael	Galway Simon
NEWMAN Lucy	
BRILL Sammy	Muscular Dystrophy Ireland

Itália

PALAIA Antonio	Associazione Amici di Piazza Grande - Bolonha
NATURALE Ciro	Coop. Sociale Lasciaa - Perugia
MELE Carlo	Caritas, Avellino
BATTAGLIA Giuseppe	Il Pioppo, Napoli
GRGA Mirko	Comunità di Capodarco
SABRINA Emilio	Associazione Europa, Bari
DE ACUTIS Giorgio	Casa dei Diritti Sociali Focus - Roma

Lituânia

BARANAUSKAITE Vaida	Baltic Foundation Heifer International
BAGDONAITE Loreta	Babrungas Community
PETKUNIENE Jane	Reskutenai Community
USINSKIS Albertas	Tarosai Community

Luxemburgo

ALEIXO DELGADO Sonia	Ligue médico-sociale
ROMAIN Collette	

Malta

BUSUTTIL Edgar	EAPN Malta
SCHEMBRI Simone	ADHD/ASD
SAID Diane	Paula Freire Institute
WEAVER Daniel Martin	YMCA

Holanda

SMEEKES Alida	Local Senior Coucil EAPN
GLASHOUWER Sara	EAPN Holanda
HENDRIKS Jan	EAPN Holanda
VAN BUUREN Ellie	Local Client Council
LEEMKUIL Sonja	Local Client Council



Noruega

FRAGAAT Liv Airin	Welfare Alliance
VON ELY Vigdis	Velferdsalliansen
BARLOW Ross	Velferdsalliansen
TORGEIR Tangvik	Total Rehab
KARLSEN Svein	Velferdsalliansen

Polónia

SLEDZ Maria	
EYCKE Pawel	Barka
NOWAK Bartlomiej	Barka
KUKLINSKA Jolanta	Przystan
KNOP Justyna	Przystan

Portugal

PAIVA Julio	EAPN Portugal
CASTRO Francisco	Gabinete de Atendimento à Família
PEREIRA Helen	EAPN Lisboa
PELUICO Ana	EAPN Portalegre
PEREIRA Manuel	Clube Académico de Leiria

Eslováquia

BENOVA Nina	SAPN
SEBO Stefan	o.z. Pramen nadeje
SIPOS Jaroslav	Proti prùdu
RACICKA Eva	Proti prùdu

Eslovénia

NOUHOUM Ibrahim	Humanitas
HARIS Jakob	Kings of the Street
GLAVAC Jadranka	Safe Shelter
CENCELJ Ivan	Ass. Of unemployed and social threatened Slovenia

Espanha

EIGUREN Julene	EAPN Espanha
GANCZARCZYK Maja Agata	EAPN Espanha
SADI Idriss	ACCEM Guadalajara
DELGADO BAUTISTA Pedro	Oficina Técnica Plan Integral Distrito V
RODRIGUEZ CARRILLO Vilma Carmen	ADIFE



FERNANDEZ Maria Luisa EAPN Espanha

Suécia

KARLSSON Willy EAPN Suécia
CANABATE Marcos
GARDBO Bo
SVENSSON Gert Owe EAPN Suécia
LANDEN Per Aluma

Roménia

RADUT Elena Andreea Foundation for Education

Reino Unido

GIBSON Julie UK Coalition against Poverty
McSORLEY Bernadette UK Coalition against Poverty
MONODU Vickar UK Coalition against Poverty
MOORE Kate UK Coalition against Poverty
FORSYTH Marie UK Coalition against Poverty
STEWART Donna UK Coalition against Poverty

Presidente do Encontro

LESKOSEK Vesna Universidade de Ljubljana, Faculdade de Serviço Social

Oradores

SPIDLA Vladimir Comissão Europeia, Comissário do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades
COTMAN Marjeta Ministra do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia
Secretária de Estado, Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia
TOMC Romana Comissão Europeia, Director da Protecção Social e da Integração
VIGNON Jérôme Ministra-adjunta da Política Social, Serviços Sociais e da Política da Família, República Checa
HOSEK Marian Alto-comissário para a Inclusão Activa contra a Pobreza, França
HIRSCH Martin
HOREMANS Ludo Presidente EAPN

Ministério Esloveno

OSLAJ Danica Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia
JUVAN Nika Representação Permanente, Eslovénia
Cooperação Internacional e Assuntos Europeus, Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia
MARIC Nina
TRUPI Terezija Relações Públicas, Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos



ROJKO Neza
BEC Marjeta

Sociais, Eslovénia
Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia - Tradutora
Chefe de Gabinete, Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia

Ministério Francês

PALPANT Catherine
SAINTOYANT Valérie
KEIRLE Marie

Gabinete do Alto-comissário para a Inclusão Social Activa contra a Pobreza, França
Representação Permanente, França
Ministério do Trabalho, Relações Sociais, Família & Solidariedade DGAS, França

Ministério da República Checa

ZAJAROSOVA Zuzana
HACAPERKOVA Dana
MURYCOVA Petra
SUDA Radek

Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa
Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa
Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa
Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa

Ministério Belga

DEMEYER Magda
VANDENBUSSCHE Johan

Secretaria de Estado da Luta Contra a Pobreza, Perita, Bélgica
Ministério da Integração Social, Bélgica

Ministérios dos Assuntos Sociais dos Estados Membros (CPS)

DRAGANOV Dragomir
IRLENKAEUSER Rainer
GAZON Eric
REYNOLDS Dave
VELLA Marie Grace
SEBOVA Nadezda
HETTES Miloslav
PAVOL Juhas
ERIKSSON Anne
WILLAME Elise
PIGNATELLI DEMEE Maria
Cecilia
SULKA Kastriot

Ministério do Trabalho e da Política Social, Bulgária
Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais, Alemanha
Ministério do Emprego e da Protecção Social, Grécia
Departamento dos Assuntos Sociais e da Família, Irlanda
Ministério da Política Social, Malta
Ministério do Trabalho, Social & da Família, Secção das Políticas, Director Geral, Eslováquia
Ministério do Trabalho, Social & da Família, Relações Internacionais, Eslováquia
Representação Permanente da Eslováquia
Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde, Finlândia
Presidente do Comité da Protecção Social
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Portugal
Ministro-Adjunto do Trabalho, dos Assuntos Sociais e Igualdade de



	Oportunidades, Albânia
OSTOJIC Jasmina	Ministério da Saúde e do Bem-Estar Social, Chefe de Divisão, Croácia
FRANKOVIC Snjezana	Ministério da Saúde e do Bem-Estar Social, Consultor Sénior, Croácia
PAULIG kasper	Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais, Suécia
GRIFFITHS Tricia	Departamento do Trabalho e das Pensões, Reino Unido
MARCUCCI Fabrizio	Ministério da Solidariedade Social, Itália
KING Brenda	Comité de Protecção Social

Comissão Europeia

PARASKEVAS Marie-Anne	Comissão Europeia, DG Emprego
PACI Stefano	Comissão Europeia

Programa PROGRESS

DOVGAN Diana	CECOP – CICOPA Europe
HALLORAN John	European Social Network, Director
GUENTNER Simon	Eurocities

Instituições UE

SHARMA Madi	EESC
VLADYCHENKO Alexander	Conselho da Europa, Director Geral da Coesão Social
ANDERSON Robert	Dublin Foundation

ETUC

DERRUIME Olivier	ETUC/CES
------------------	----------

Académicos

ATZMÜLLER Roland	FORBA Working Life Research Unit, Austria
DIERCKX Danielle	Universidade de Antuérpia
MARLIER Eric	CEPS-INSTEAD Research Institute

ONG's Europeias

HOEL Anne	Plataforma Social
LEAL Mafalda	Eurochild
RENOUX Marie-Cécile	ATD Quart Monde
FARRELL Fintan	Director da EAPN
CESNOVAR Christof	AKEUROPA

Staff de Apoio

STARIC STRAJNAR Barbara	Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais, Eslovénia
STEENBERGEN Barbara	International Union of Tenants
ROUMET Claire	CECODHAS
PAASCHE Silke	FEANTSA Bruxelas, Bélgica



RABAU Muriel	Representação Permanente da Bélgica
POLACEK Richard	Plataforma Social
JONES Sian	EAPN Irlanda
DE BUCQUOIS Patrick	Caritas Europa
JONES Laura	Eurodiaconia
LELIE Peter	Comissão Europeia
SAINT-DENIS Antoine	Comissão Europeia, DG Emprego e Assuntos Sociais
VAN GEERTSOM Julien	Public Planning Service for Social Integration, Bélgica
CHAMPEIX Claire	EAPN
CALANDRINO Michele	Comissão Europeia, DG Emprego
GEKIERE Wouter	Parlamento Europeu, Consultor
SOPI Aziz	CPAS de Forest, Bélgica
CLARKE Penny	EPSU

Facilitadores

GINNELL Paul	EAPN Irlanda
GUIDICELLI Marie	Armée du Salut, França
HERMANS Marja	Welzijnszorg, Bélgica
KOCMANKOVA Dagmar	Novy Prostor, República Checa
MARGUERY Olivier	Fondation de l'Armée du Salut, França
MOSER Michaela	Die Armutskonferenz, Áustria
COLINET-DUBOIS Geneviève	EAPN França
CALVANELLI Laura	Caritas Firenze, Itália
GORIS Josée	Public Planning Service for Social Integration, Bélgica
CESARINI-SFORZA Letizia	CILAP EAPN Itália
O'KANE Catri	Simon Communities, Irlanda
WIN Aye Aye	Dignity International
OSINSKA Anna	ATD Quart Monde, Polónia
PAIVA Julio	EAPN Portugal

Coordenadora

GERONDAL Micheline	EAPN
--------------------	------

Relatório Final

VERECKEN Léopold	CPAS, Ville de Bruxelles
------------------	--------------------------

Secretariado da EAPN

FLEMAL Coralie	EAPN
DAHMEN Sigrid	EAPN
LEE Rebecca	EAPN



LEMMENS Philippe

EAPN

Imprensa & Media

GUEUDET Audrey

EAPN

STOKOJNIK Tinca

Representação Permanente da Eslovénia

DAKOUA Raymond

Fotógrafo

McBRIDE Conor

Equipa da TV Irlandesa

RYAN James

Equipa da TV Irlandesa

TONNEAU Nicole

UBUNTU Film



Agradecimentos

Apoios: Comissão Europeia e Governo Belga

Organizado com a colaboração da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN)

Relator: Léopold VERECKEN

Coordenadora: Micheline GERONDAL

Fotógrafo: Raymond DAKUA

ISBN 978-2-930252-46-9 8 (versão inglesa)